



Jazigo da Família Palmela. Arquitecto Giuseppe Cinatti. Lisboa, Cemitério dos Prazeres. ©Fotografia da autora

*Um cemitério é uma segunda cidade. Em Lisboa os Cemitérios Públicos Oitocentistas, foram pensados e delineados por razões higienistas, como um espaço funcional e regular, com centralidades e periferias em tudo semelhantes à morfologia urbana da cidade. Na encenação romântica do espaço cemiterial, feita através da construção de jazigos assumidos como monumentos, coube à arquitectura historicista o papel principal, tornando-se o cemitério num catálogo vivo de estilos arquitectónicos e palco da imagem da morte.*

## MODOS DE PENSAR E CONSTRUIR OS CEMITÉRIOS PÚBLICOS OITOCENTISTAS EM LISBOA: o caso do Cemitério dos Prazeres.

Paula André\*

Um cemitério é uma segunda cidade. Em Lisboa os cemitérios públicos do séc. XIX, à semelhança do que aconteceu noutras cidades da Europa, tomaram como modelo de referência o cemitério parisiense do Père-Lachaise (1804)<sup>1</sup>. Tal como este, o Cemitério dos Prazeres (1834) e o Cemitério do Alto de S. João (1834), foram, na sua evolução, o espelho dos novos modos de pensar e sentir a morte. Enquanto espaços cenográficos, os cemitérios tornam-se o palco preferencial da nova crença: a da representação da memória da vida, à qual é dada um valor histórico. Não existindo na memória, o ser humano deixa de existir. O mais dramático da morte – “universalidade singular”<sup>2</sup> – é o facto de ela representar, não só a finitude do Homem, mas o limite da sua experiência. Encená-la como sublime confortou-o. Os cemitérios de Lisboa para além de terem sido um modo de pensar a morte, foram também um modo de fazer cidade.

Os Cemitérios Municipais da Lisboa Oitocentista, os mais periféricos dos equipamentos urbanos liberais, foram pensados e delineados por razões higienistas, como um espaço funcional, regular e simétrico, no qual as construções tinham apenas de ser “decentes”<sup>3</sup> com centralidades (praças e ruas principais) e periferias (ruas secundárias e de limite) em tudo semelhantes à morfologia urbana da cidade. A atracção iluminista pelo mundo fúnebre materializou-se ali, uma vez que, perante o doentio quotidiano da morte intramuros, argumentos sanitários esclarecidos promoveram a construção de

\* Departamento de Arquitectura, Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa

<sup>1</sup> Determinado pelo decreto de Napoleão de 1804 e uma das primeiras experiências de cemitérios extramuros na Europa.

<sup>2</sup> Gilles Deleuze – *Repetición y diferencia*. Barcelona: Anagrama, 1972.

<sup>3</sup> Tal como se estabelecia nas Providências publicadas em 1834 na *Gazeta Official do Governo*, nº35, 9 Agosto, p.141.

cemitérios extramuros. Na verdade, a capital passa de cidade santuário com cerca de 130 necrópoles a cidade sanitária com dois grandes polos de enterramento – Oriental: Cemitério do Alto de S. João e Ocidental: Cemitério dos Prazeres.

Se no início do séc. XIX, os cemitérios públicos eram sentidos como um lugar de ameaça, como uma dessacralização materializada num espaço ainda sem tempo, a cultura urbana da capital depressa os aceitou e utilizou. Os novos espaços funerários, ao longo do séc. XIX, foram sendo cada vez menos periféricos, pelo duplo e paralelo crescimento do cemitério e da cidade, dois espaços colectivos que se transformam através de um dinâmico processo de osmose urbana. Embora, no início, predominem as sepulturas individuais, surgem também construções de maior dimensão, mais próximas de um pequeno edifício, tendo por vezes a designação de jazigo de família, em ambos os casos adoptando modelos ligados às formas da Alta Antiguidade e da Antiguidade Clássica.

O espaço cemiterial rapidamente absorveu e revelou marcas de uma burguesia em ascensão, que mostrou gostar de se identificar com esse espaço, e de nele se projectar. Esse hino à família concretizou-se na construção arquitectónica do jazigo como casa simbólica, que progressivamente foi tendo maiores dimensões. Com a construção do jazigo familiar, do monumento que não só comemora como imortaliza, que deixa marcos do tempo e no tempo, a burguesia garantiu a ligação entre um tempo quotidiano e um tempo histórico. O caminhar em direcção ao túmulo, em direcção ao cemitério, revelou-se um exercício de civilidade e uma oportunidade de encenar o “drama” da eternidade dos mortos na memória dos vivos, nesse gigantesco palco cuja paisagem verde foi sendo, progressivamente, coberta de pedra. Não chegava a beleza “natural” da natureza, era preciso intervir nela, em sublimidade ou de um modo pinturesco, usar artifícios para provocar toda uma série de emoções. Manipulações “teatrais”, para satisfazer necessidades sociais.

A partir da segunda metade do séc. XIX, o investimento familiar no cemitério foi tão nítido e tão vivido que esse espaço reflecte, através de toda a sua imagística, as esperanças e os ideais da sociedade romântica. Nessa encenação do espaço cemiterial coube à arquitectura historicista o papel principal. Construíram-se jazigos, elegendo estilos que lembram outro tempo ou outros tempos, mas que são acima de tudo construções do próprio tempo, e que criam memória para o futuro. Essa foi a sua modernidade. Os modelos dos

jazigos familiares massificam-se, tornando o cemitério num catálogo vivo de estilos arquitectónicos que, partindo do modelo de raiz clássica ou do modelo de raiz gótica, apresentam um múltiplo leque de variantes.

Para essa massificação, cuja sensação de repetição seria sublinhada pelo alinhamento das construções sobre um ordenamento urbano, muito contribuiu o facto de a maior parte desses jazigos terem sido construídos por oficinas de canteiros que provavelmente tinham acesso e consultavam os inúmeros guias e recolhas “arquitectónicas” dos cemitérios parisienses, publicados a partir de 1815, que circulavam por toda a Europa, e que reproduziam um vasto leque de modelos de sepulturas. É perfeitamente detectável a influência de alguns desses modelos de jazigos, construídos no cemitério parisiense Père-Lachaise, em jazigos construídos nos cemitérios de Lisboa, particularmente nos Prazeres.

### **Paris: a criação dos cemitérios e a cidade. A construção do modelo Père-Lachaise**

Em toda a Europa o Cristianismo, durante séculos, chamou para junto de si os fiéis, enquanto crentes activos e passivos (mortos); estes viam garantida a sua protecção e acima de tudo a sua salvação à sombra dos muros das catedrais, mosteiros, igrejas e dos seus espaços adjacentes – campo-santos, localizados intramuros. Uma mesma estrutura arquitectónica possuía a dupla funcionalidade: fornecia o espaço da vida e o espaço da morte. Contudo, tanto as igrejas, que tinham oferecido o seu lugar santo a sepulturas numa forma contínua desde a Idade Média, como os campo-santos, veem-se nos inícios do séc. XVIII ultrapassados e incapazes de responder ao crescimento demográfico e aos aumentos da taxa de mortalidade. O excessivo povoamento dos mortos tornava-os mais visíveis e a situação a que chegou a maior parte dos espaços religiosos foi a de um palco de memória que não se quer viver, quanto mais recordar. Desde o início do séc. XVIII, ao medo da doença e da epidemia juntava-se o fantasma da decomposição dos corpos enquanto processo visível, exposto, ou seja, o medo do cadáver. Perante o doentio quotidiano eclesiástico da morte intramuros, diferentes saberes – de médicos, clérigos, políticos, filósofos, escritores, artistas – promoveram não só a deslocação dos cemitérios para fora da cidade – extramuros, como por vezes, delimitaram o futuro modelo – espaço – de enterramento.

Uma série de escritos alarmistas irá fomentar uma incipiente legislação que, lentamente, foi concretizando os diversos desejos e pedidos, e autorizou o cemitério extramuros de administração laica do séc. XIX. O Parlamento de Paris, em 1776, ordenava que se examinasse se a situação dos cemitérios era ou não perigosa. Estabelecia também que, no futuro, nenhuma sepultura fosse aberta nas igrejas excepto a dos párocos superiores, dos fundadores e das famílias que têm capelas ou carneiros, e que se mudassem os cemitérios para fora da cidade (para lá dos subúrbios), devendo estes ser murados e que passassem a ser administrados pelos oficiais municipais<sup>4</sup>, confiando igualmente à municipalidade a compra de terrenos e o seu policiamento. Este direito acrescido ao município traduz-se numa declarada intenção de perda do monopólio por parte da igreja no que diz respeito à administração da morte.

Em 1745, o abade Porée, nas suas *Lettres sur la sépulture dans les églises*, descreve toda uma situação que se torna extremamente desagradável para os vizinhos dos cemitérios das igrejas. No fim de 1799, infiltrações de ar oriundas de uma grande vala comum dos Saints-Innocents, que funcionava desde o séc. IX, invadiram as caves de três casas vizinhas da Rue de la Lingerie. Porée, para além de propor a deslocação dos cemitérios para fora das cidades como meio mais seguro, para aí conseguir conservar a salubridade do ar, a limpeza dos templos e a saúde dos habitantes, recomenda ainda a visita ao cemitério, uma vez que os sepulcros eram escolas de sabedoria<sup>5</sup>. As inúmeras descrições de doenças que ameaçavam a vida, os primeiros ensaios legislativos e os primeiros traçados do espaço de enterramento, culminaram no encerramento, em 1780, do cemitério Saints-Innocents e na sua destruição (1785). Depois, as ossadas foram transferidas para um edifício criado para o efeito, denominado *Catacombes*, inaugurado oficialmente, com a benção da igreja, a 7 de Abril de 1786. Contudo, o próprio interior das igrejas transformou-se num desagradável cemitério e quem lá entrava caminhava sobre pedras desalinhas, fruto de sucessivos levantamentos para novas inumações<sup>6</sup>.

4 Legislação de 10 de Março de 1776, promulgada a 21 de Maio.

5 Citado por Philippe Ariès – *O homem perante a morte*. Lisboa: Publicações Europa América, 1988, pp.215,216.

6 “Por vezes o coveiro não tinha outro remédio senão pôr o novo cadáver por cima do anterior”, in, Michel Ragon - *L'Espace de la mort, essai sur l'architecture, la décoration e l'urbanisme funéraires*. Paris: Albin Michel, 1981, p.217.

A clara consciência desta situação e a sua denúncia determinaram a utilização da periferia, desejando e desenhando o espaço cemiterial extramuros. Nas margens das cidades projectadas por Jean Nicolas Louis Durand (1760-1834) situavam-se os hospitais e os cemitérios, entre árvores, alterando “a natureza do núcleo da cidade”<sup>7</sup>. Essa nova localização – útil – era a que garantia a conservação do ser, era o mais eficaz espaço na luta contra o não ser. O arquitecto Pierre Patte (1723-1814) projecta uma cidade ideal (em que a economia espacial parece préfigurar a “zoning” funcionalista), onde instituições como hospitais, cemitérios e manufacturas são transferidas para o campo. Patte preconiza intenções globais para os problemas urbanos, introduzindo soluções técnicas no que diz respeito à correcção do traçado das ruas e sua iluminação, construção de passeios, renovação dos esgotos, construção de cais e pontes. No artigo V da sua obra *Mémoires sur les objets les plus importants de l'architecture* (1769), intitulado “Necessité de transférer la sépulture hors d'une ville, et comment l'on y peut réussir”, apresenta um dos primeiros projectos de cemitério suburbano (a um quarto de légua dos limites das cidades). Preocupado com a higiene, propõe um espaço sepulcral organizado sobre uma planta regular. Deviam escolher-se locais bem arejados e amuralhados, de modo a permitir a elevação na atmosfera de qualquer infecção.

Em 1782, Capron apresenta um projecto para cemitério cuja forma é determinada pelas preocupações higienistas da época<sup>8</sup>. O conhecimento médico sustentava que áreas infectadas estagnadas, como cemitérios e hospitais, eram o principal agente e causa de morte. A solução seria então a remoção do “mal” pela livre circulação do ar, através das formas circulares ou elípticas. Esse recinto estaria rodeado por uma galeria regular com uma capela integrada, localizada no ponto oposto à entrada, e dividido em vários anéis concêntricos, organizados hierarquicamente a partir das sepulturas de maior prestígio. No centro, um obelisco e ausência absoluta de vegetação.

Pierre Giraud (1744-1814) projecta, em 1799, um Campo de Repouso<sup>9</sup> que deveria ser construído na periferia de Paris, na Butte de Montparnasse. O

7 Spiro Kostof salienta que “a desvinculação dos cemitérios e dos hospitais perante a igreja paroquial, à qual tinham estado ligados durante muito tempo, não podia senão contribuir para alterar a natureza do núcleo da cidade”, in, Spiro Kostof - *História de la arquitectura*. Madrid: Alianza Forma, 1988, vol.3, p.990.

8 Richard Etlin – *The Architecture of Death, the transformation of the cemetery in eighteenth-century*. Cambridge: The Massachusetts Institut of Technology, 1984, p.88,89.

9 Pierre Giraud – *Les Tombeaux ou Essai sur les sépultures*. Paris: Imprimerie de Jacquin, 1801.

Campo de Repouso teria uma planta circular de 65 metros de diâmetro. No centro do recinto erguer-se-ia o monumento, uma pirâmide, e seriam plantados chorões.

A maior parte dos projectos arquitectónicos de cemitérios do séc. XVIII apresenta autonomia compositiva, isto é, fecham-se sobre si próprios, com muros geométricos e regulares que demarcam a sua funcionalidade. A perfeita delimitação dos espaços individualistas, integrados na totalidade arquitectónica, é cara à moral burguesa do séc. XVIII. À teatralidade do espaço barroco da igreja – em que o crente olha a capela funerária lateral a partir de um ponto fixo, que lhe permite observar a cena que se desenrola – sucede-se a delimitação dum espaço onde pode actuar. Um espaço que lhe oferece uma multiplicidade de pontos de vista. Na verdade, os cemitérios iluministas projectados como uma cidade ideal, traçados geometricamente, com arcadas e colonatas, capelas centrais, portas de acesso ladeadas por obeliscos comemorativos, não são monumentos à morte mas monumentos à heróica e valiosa vida dos defuntos. São projectos mais heróicos, menos intimistas do que os futuros cemitérios românticos.

O início do séc. XIX é marcado pela construção do cemitério parisiense de referência Père-Lachaise. Nicolas-Thérèse-Benoist Frochot (1761-1828), primeiro prefeito do departamento do Sena adquire, em 1804, o domínio de Mont-Louis, a Este de Paris, e encarrega o arquitecto Alexandre-Théodore Brongniart (1739-1813), inspector geral e chefe da segunda secção das obras públicas do departamento do Sena e da cidade de Paris, de o transformar em cemitério<sup>10</sup>. A partir da propriedade de Mont-Louis, onde, sobre uma colina, se erguia um palácio com jardins descendo em socacos, e organizados segundo um traçado geométrico, Brongniart projecta um cemitério-jardim pintoresco de 17 hectares. Este arquitecto abandona os espaços fechados, regularmente delimitados, e as formas claustrais e concebe um cemitério cuja escala tinha como “módulo” a árvore. Combina eixos fortes e zonas privilegiadas com

caminhos sinuosos que se abrem por entre a vegetação, com uma sequência de mundos idealizados nos quais se poderia repousar em tranquilidade, aproveitando, sublinhando e promovendo as características pinturescas do local. Num projecto aguarelado, de 1812, Brongniart apresenta, para além dos projectos de uma pirâmide, de uma capela-depósito e da entrada, o projecto para uma galeria coberta, dois mausoléus a erguer nas duas rotundas e dois projectos para jazigos: uma capela funerária gótica e um mausoléu com obelisco.

As primeiras construções sepulcrais, conhecidas através de uma série de guias e recolhas “arquitectónicas”, que começaram a ser publicadas a partir de 1815, são túmulos individuais de pequenas dimensões que retomam formas da Antiguidade: pedra tumular, estela, meia coluna ou pilastra sepulcral, obelisco, etc. Na iconografia funerária usada como decoração detecta-se uma preferência por ampulhetas, archotes invertidos, lucernas, urnas, coroas de louros, oliveiras, ciprestes, etc. Em 1825, o Père-Lachaise, na sua área de 17 hectares, tinha cerca de 2000 sepulturas, o que lhe permitia manter o seu aspecto de jardim, ainda com marcas da antiga propriedade de Mont-Louis. Com o progressivo aumento de construções e com o aumento da dimensão de cada túmulo, essa propriedade rural vai alterar-se.

A transformação pode ser detectada num pequeno conjunto de túmulos, construídos entre 1804 e 1833, correspondente a uma variedade que vai da simples pedra tumular à sepultura “capela”. Em apenas 30 anos, o Père-Lachaise vê estabelecida uma série de construções sepulcrais, tanto ao nível das opções estilísticas como no que respeita dimensões que essas sepulturas podem alcançar, resultando num conjunto absolutamente eclético. A arquitectura neoclássica, que representa um esforço de sobriedade perante o excesso ornamental do Antigo Regime, tem, como principais elementos do seu reportório, os frontões sobredimensionados, a insistência no toscano e a preferência por cúpulas esféricas aplanadas. Esta estilística neoclássica prolongou-se mais na arquitectura funerária do que na arquitectura da cidade por razões simbólicas em torno da morte. Mausoléus e panteões construídos nos mais diversos estilos (dos históricos aos exóticos) são a resposta encontrada para substituir as sepulturas das classes privilegiadas que povoavam o interior dos templos, convertendo-se o Père-Lachaise num “Museu de Arte” ao ar livre.

<sup>10</sup> “No séc. XII, a colina em que se estende o cemitério é um vasto terreno cultivado. O Bispo de Paris possuiu aí vinhas e um lagar. Em 1430 este lugar chamado Le Champ-l'évêque é comprado por um rico negociante de especiarias chamado Regnault de Wandonne que aí instalaria a sua casa de campo, com o nome de Folie-Regnault. Em 1626, os jesuítas da Rue Saint-Antoine adquirem a propriedade para aí fazerem a sua casa de repouso mas, em 1763, com a expulsão dos jesuítas, o domínio é adjudicado por Gratin que, por sua vez, o vendeu em 1771 à família Baron. Por fim, em 1803, Jacques Baron arruinado pela Revolução, cedeu o domínio à cidade de Paris”, in, Jacques Barozzi – *Guide des cimetières parisiens*. Paris: Hervas, 1990, pp.17,18.

## Lisboa: a criação dos cemitérios municipais e seus ensaios anteriores

Em Portugal, o decreto de 21 de Setembro de 1835, com a assinatura do ministro liberal Rodrigo da Fonseca Magalhães (1787-1858), estabelecia, no seu artigo 1º, que em todas as povoações fossem estabelecidos cemitérios públicos para que neles se enterrassem os mortos. Até então, os mortos eram enterrados em solo sagrado ou privado.

Desde o séc. XIII que, em Lisboa, como aliás por todo o país, a maior parte dos enterramentos era feita no interior de construções pertencentes à Igreja, às Ordens Religiosas e às Ordens Militares, ou no exterior em redor dessas construções, ou em solo para tal expressamente designado, e em propriedades privadas. Reis, Bispos e Santos foram as primeiras figuras a usufruir do privilégio de serem enterrados no interior dos espaços de culto, espaços esses que, ao longo dos séculos, se foram progressivamente transformando em espaços sepulcrais.

A morte sagrada de um grupo restrito de eleitos transformou-se em modelo desejado por todos os outros, em particular para alguns capazes de responder financeiramente a essa ânsia de eternidade protegida. Para a satisfação do desejo de possuir espaço sagrado, por parte da nobreza e por parte da burguesia, muito contribuiu a fácil cedência, tanto das ordens monastéricas como das "Igrejas", do seu espaço de culto, uma vez que as recompensas<sup>11</sup> (propriedades, casais, morgadios, rendimentos, esmolas, tenças, etc) eram créditos bem recebidos por estas instituições. Essas dádivas promoveram construções parcelares, tais como túmulos nas paredes, que serão um dos embriões dos futuros jazigos nos cemitérios públicos do séc. XIX. Na verdade, a criação de capela surgia de um contrato bilateral entre o fundador e o capelão sobre a disponibilização, por parte do fundador, de bens de raiz, não só para assegurar a aquisição desse espaço, a sua construção e decoração, como também para a sua manutenção. O aspecto bilateral deste contrato deve ser reforçado uma vez que ambas as partes saíam beneficiadas. O fundador garantia não só a perpetuação como também a contínua celebração "pública" do seu nome (família, linhagem) em pleno palco sagrado, e o clero assegurava a entrada de novas

parcelas patrimoniais e promovia a adesão ao culto. O que daria origem a que uma hierarquia social gerasse uma correspondência espacial no interior das construções sagradas, hierarquias socio-espaciais que se prolongariam pelo séc. XIX e que, aliás, também iremos encontrar espelhadas nos solos públicos dos cemitérios oitocentistas.

A cada vez mais generalizada ocupação do interior das construções sagradas fez esgotar os espaços susceptíveis de serem invadidos por sepulturas, o que, em alguns casos, levou à construção de novos claustros. Em redor das Igrejas paroquiais, desde cedo se estabeleceram terrenos com o fim de dar sepultura aos habitantes dessa paróquia, especialmente às classes mais pobres que não tinham capacidade económica para adquirir espaço sepulcral no interior dos templos, mas que também ambicionavam, embora no exterior, a protecção sagrada que a proximidade do templo lhes assegurava. À semelhança do que acontecia no interior dos templos, o solo destes campos abertos ou adros, era ocupado até à exaustão, atingindo saturações perigosas, não só pela falta de terreno, como também pelo modo deficiente como muitas vezes esses enterros eram feitos. Surgiram assim sérios danos para a saúde pública, que, cedo começaram a ser denunciados por uma classe mais esclarecida, à semelhança do que aconteceu por toda a Europa. As doenças massificadas, como as epidemias e as pestes, eram catástrofes que não só provocavam inevitáveis consequências mortais em larga escala como também faziam aparecer o flagelo da morte doente, ou seja, do cadáver infeccionado, do cadáver gerador de outras mortes, o que motivou a criação de novos adros e fez aceitar o estabelecimento de cemitérios que preventivamente se afastavam do núcleo habitacional, devido às inumações infeccionadas a que se destinavam.

À saturação do solo e do ar dos templos<sup>12</sup> sucedeu a saturação do ar da cidade, pois também os adros e cemitérios tinham o seu solo esgotado, mostrando-se incapazes de responder à elevada mortalidade, o que era agravado pela deficiente manutenção dum espaço vital para a saúde pública. Toda esta realidade viria a ser profundamente agravada com o terramoto de 1755 que transformou a cidade num gigantesco cemitério.

11 Embora as *Constituições Synodaes do Arcebispado de Lisboa* (M.DCC.XXXVII) estabelecessem que o solo sagrado não podia ser vendido para enterramentos, a verdade é que ao estipularem uma esmola como reconhecimento da atribuição do espaço sepulcral, deram lugar a reais "transacções monetárias".

12 Numa consulta da Câmara a El-rei em 15 de Julho de 1747, de acordo com uma petição do juiz e irmãos da Irmandade do Stº Sacramento da paroquial da Igreja de S. Nicolau, declaravam os suplicantes desejar toda a decência no templo e atrair a devoção dos fregueses, e acrescentam: "muitos destes receiam o irem à mesma igreja, por temor de acharem nela enfermidades, por causa de se acharem quebrados, aluídos, despedaçados a amontoados os covais e estrados da mesma igreja, sem haver meios para o seu reparo", in Livº IX de regº de cons e dec. do sr: Rei D. João V, fs 261v.

Um ano após essa grande catástrofe que assolou Lisboa, o médico Joseph Alvarez da Silva, escreve *Precauções médicas contra algumas remotas consequências que se podem excitar do terramoto de 1755*, onde se manifesta contra os enterros nas igrejas, pelo perigo que representam para a saúde pública os cadáveres de doenças malignas e contagiosas e faz referência aos bispados de França onde há sítios determinados para túmulos<sup>13</sup>. Mas sem dúvida que a obra do ilustrado António Nunes Ribeiro Sanches (1699-1782), *Tratado da conservação da saúde dos povos* (1756) revelaria um espírito esclarecido e actualizado, raro em Portugal. No capítulo XV, com o título *Da pureza do ar, e da limpeza que se deve guardar nas igrejas*, refere que “nenhum lugar dentro da cidade necessita tanta ventilação como o ar das igrejas”<sup>14</sup>. Condenando em absoluto os enterros nas igrejas, considerando que “o proveito que tiram dele as fabricas das igrejas tem sido a causa de preservar ainda com bastante frequência vários arbitrios se tem dado tanto para compensar aqueles emolumentos”, propõe mesmo que sejam proibidos, baseando-se historicamente na *Lei das Doze Tábuas* (*intra urbem mortuum ne sepelito*), que proibiu que os mortos fossem enterrados dentro da cidade por essa prática infeccionar o ar da cidade, enterrando-se os mortos fora de muros de Roma e levantando-se túmulos nos caminhos mais frequentados, como exemplo dum modo “culto” de conservar a saúde dos povos. Sugere “que à roda das vilas e cidades, em lugares altos e ventilados dos ventos se erijão cemitérios cercados de muros altos, depois que na igreja se fizessem as exéquias e tudo o mais que a Santa Madre Igreja ordena”.

Uma das primeiras denúncias contra o estado a que tinham chegado os locais de enterramento, apresentada em 1771, partiu do provedor-mor da saúde, Luiz de Vasconcellos e Sousa (1740-1807), afirmando que não havia nenhuma freguesia que tivesse sepulturas suficientes para o número de habitantes, o que obrigava a abrir as sepulturas antes mesmo que os cadáveres estivessem consumados para nelas se depositarem novos corpos que, em pouco tempo, iriam sofrer do mesmo procedimento. Prática que provocava

---

citado por Eduardo Freire de Oliveira – *Elementos para a História do Município de Lisboa*. Lisboa: Typographia Universal, 1906. Tomo XIV. p.621.

13 Joseph Alvarez da Silva – *Precauções médicas contra algumas remotas consequências que se podem excitar do terramoto de 1755*. Lisboa: Officina de Joseph da Costa, 1756, p.10.

14 António Nunes Ribeiro Sanches – *Tratado da conservação da saúde dos povos*. Paris, MDCC.LVI, p.230.

uma “nuvem de vapores corruptos” que invadiam o interior das igrejas, tornando “perigosa a oração que nelas se faz”. O provedor-mor apresentava uma espécie de pequeno historial dos sistemas de enterramento que fundamentaria a sua posição contra os enterros nas igrejas, em defesa da saúde pública, referindo também a *Lei das Doze Tábuas*, lembrando, contudo, que o florescimento da religião católica viria a permitir que fossem enterrados dentro de Roma os mártires e os apóstolos o que fez generalizar o desejo por parte de todos de se enterrarem na cidade<sup>15</sup>. Vasconcellos e Sousa faz ainda referência ao Édito publicado pelo Parlamento de Paris em 1765, “ordenando, com a maior individuação, o método com que devem sepultar-se os defuntos em cemitérios fora da cidade”, e como consequência a proibição dos enterros nas igrejas.

Mas será na sequência do requerimento da Irmandade do Santíssimo da freguesia de S. Paulo e após sucessivas queixas por parte da vizinhança acerca do estado em que se encontrava o cemitério de St<sup>a</sup> Ana, que em 1787 D. Maria I<sup>6</sup> encarregaria Diogo Inácio de Pina Manique (1733-1805) de, na sua qualidade de Intendente Geral da Polícia, vigiar a observância que davam os provedores e guarda-mores da saúde ao seu regimento. Pina Manique, entendendo que os cemitérios, “à semelhança dos matadouros de gado”, eram lugares em que qualquer descuido prejudicaria a saúde pública, resolveu mandar examiná-lo por peritos, encarregando para tal o desembargador corregedor de Alfama, António Benvenuto Jorge, e os médicos Francisco Ignácio Tamagnini (1731-1805), João da Cunha e José Alvarez da Silva.

Os três médicos da corte mostraram-se particularmente chocados com o estado do referido cemitério, pois ao aproximarem-se sentiram um vapor

---

15 Citado por Eduardo Freire de Oliveira – *Elementos para a História do Município de Lisboa*. Lisboa: Typographia Universal, 1906. Tomo XVII. p.298-301.

16 D. Maria I, em 1786, mandou fazer um cemitério no alto do casal de Pedro Teixeira na Ajuda para os criados da casa real e para os pobres das freguesias de N. Sr<sup>a</sup> da Ajuda e de St<sup>a</sup> Maria de Belém. O cemitério seria benziado a 13 de Maio de 1787 e pelo decreto de 31 de Dezembro de 1841, a rainha concede ao Município de Lisboa “o usufruto perpétuo do mesmo cemitério, para que nele sejam sepultados, os despojos mortais dos fregueses das paróquias da Ajuda e Belém e bem assim os dos meus criados, que posto não forem paroquianos das sobreditas paróquias elegerem em sua vida ser ali sepultados”, in, I.A.N.T.T., Mordomia Mor e Cartório da Nobreza, antiga pasta 34. O Cemitério, propriedade da freguesia da Ajuda que o administrava, apresentava uma estrutura quase simétrica “fechado de muros altos e solidamente construídos, tendo no fundo uma capela decente e na frente um pórtico com gradeamento de ferro”, in, *Synopse dos principais actos administrativos da Câmara Municipal de Lisboa*, 1838, 23 de Junho.

metífico e “adiantando-se para dentro descobriram os mesmos acidentes de exalações podres e cadavéricas que não podem deixar de ser ofensivas (...) por onde se deve inferir que se em lugar descoberto é tão perigosa semelhante prática, quanto não será perigosa a sua concentração abusiva e profana nos templos”<sup>17</sup>. É ainda feita uma referência ao trabalho do coveiro, que quando o número de mortos é grande as covas abertas não são nem em número nem em dimensão suficientes, ficando os corpos à superfície o que “dá fácil saída da podridão”<sup>18</sup>. No parecer destes médicos, a solução para tal situação estaria em pôr aqueles lugares fora do povoado. Pina Manique mostra-se ainda chocado com o facto de ter encontrado “grandes montões de ossos e caveiras com os quais tinha havido o bárbaro divertimento de os porem em simetria à roda do cemitério”<sup>19</sup>. D. Maria enviaria esses “autos de averiguação” ao marquês de Angeja para que desse o seu parecer, mostrando-se este favorável à construção de cemitérios fora da cidade, sem no entanto deixar de lembrar à rainha “a extensão em que presentemente se acha Lisboa”, sendo difícil por isso determinar o local mais apropriado para um cemitério, sugerindo que deveria ser ouvido o Senado da Câmara para que indicasse os lugares que lhe parecessem próprios, assim como também deveria ser ouvida a Mesa da Misericórdia que tinha a seu cargo o cemitério alvo de investigação.

Não sendo tomada qualquer resolução e perante uma nova epidemia<sup>20</sup>, Pina Manique, em 1791, ordenaria aos treze ministros criminais dos bairros de Lisboa que, juntamente com três médicos e dois cirurgiões, examinassem os covais, sepulturas e carneiros das igrejas e cemitérios que existissem na capital, verificassem se existiam cheiros de corrupção e se os cabeças de saúde e coveiros cumpriam com as suas obrigações, elaborando em seguida os autos dos exames. As informações recolhidas apontavam que em todos os espaços sepulcrais (interiores e exteriores) se sentia mau cheiro, o ar estava infeccionado, as sepulturas tinham pouca profundidade, com os corpos quase à superfície e sem qualquer cobertura, que o cadáver era deitado directamente para a cova, sem caixão, não se praticando o estipulado lançamento de cal e

finalmente que os coveiros não cumpriam com as suas obrigações. Perante tais resultados, Pina Manique, sentido a urgente necessidade de avançar com o estabelecimento de novos cemitérios, apresenta um “projecto” onde define os locais na cidade que lhe parecem próprios para o estabelecimento de oito cemitérios (aos quais por sua vez corresponderia um conjunto de freguesias)<sup>21</sup>, e encomenda a um arquitecto um “modelo” para a edificação dos referidos cemitérios.

Os cemitérios distribuir-se-iam pela cidade, agrupando cada um deles um conjunto de freguesias, evidenciando assim uma preocupação não de afastamento dos núcleos habitacionais, uma vez que os cemitérios não se localizam fora da cidade, mas uma preocupação urbano-funcional, na medida em que se localizavam na cidade, mas em espaços exclusivamente destinados a essa função, procurando desse modo defender a saúde pública.

O projecto arquitectónico dos futuros cemitérios á assinado, em 1791, por António Fernandes Rodrigues (c.1742-1804), apresentando um Campo Santo de planta quadrada (com algumas características que o aproximam do projecto de cemitério público de Turim, traçado, em 1781, pelo arquitecto Giuseppe Oglanico), constituído por uma ermida, um pátio e um adro<sup>22</sup>. A ermida de planta rectangular, tinha de ambos os lados portas que davam acesso ao cemitério e possuía um conjunto de “infraestruturas” que possibilitavam

17 I.A.N.T.T., Ministério do Reino, maço 453, cx 567.

18 I.A.N.T.T., Ministério do Reino, maço 453, cx 567.

19 I.A.N.T.T., Ministério do Reino, maço 453, cx 567.

20 “Espalhando-se por toda esta corte uma vez degrassar nela uma epidemia e que a mortalidade era tal que já os cadáveres não cabem nas igrejas exalando muitas delas vapores tais que ameaçam conseqüências mais funestas”, in, I.A.N.T.T., Ministério do Reino, maço 453, cx 569.

21 “Sítios que me parecem próprios para se fazerem os cemitérios: – 1º cemitério: no alto de trás da cerca de D. Rodrigo; freguesias que compreende: Santos, Lapa. – 2º cemitério: a S. João dos Bem Casados; freguesias que compreende: Stª Isabel, S. Mamede. – 3º cemitério: Palheiro de S. Vicente, chamada Quinta da Abelha; freguesias que compreende: S. Vicente, Stª Engrácia, Stº Estevão, Stª Marinha, Stº André. – 4º cemitério: nas terras que ficam entre a estrada que vai da Cruz do Taboado para Arroios e para a Carreira dos Cavalos; freguesias que compreende: S. Jorge, S. Sebastião da Pedreira, Anjos, Socorro, Pena. – 5º cemitério: de frente da porta travessa de S. Pedro de Alcântara, tendo a serventia pelas casas, que foram do pintor da Ribeira das Naus, na grande terra que há entre o quintal delas e a Calçada nova que vem da Praça da Alegria para a Patriarcal Queimada; freguesias que compreende: Encarnação, S. Paulo, Mártires, Sacramento, Stª Catarina, Mercês, N. Srª do Loreto. – 6º cemitério: Horta da Cera ao Salitre; freguesias que compreende: S. Julião, Conceição, S. Nicolau, Stª Justa, S. José, Coração de Jesus, Stª Maria Madalena. – 7º cemitério: aos Loios, onde foi a freguesia de S. Bartolomeu; freguesias que compreende: S. Lourenço, S. Cristovão, Stª Maria Maior, S. Martinho, Santiago, S. Tomé, Salvador, S. Miguel, S. João da Praça, Stª Cruz do Castelo. – 8º cemitério: à Cruz dos Quatro Caminhos, nas terras que foram do Arrenegado; não devendo de forma alguma substituir o actual, por ser no centro da capital, e a parte mais povoada dela; freguesias que compreende: o cemitério do Hospital Real de S. José, actualmente existente na Calçada de Stª Ana”.

22 Assinado: “António Fernandes Roiz’ o fes em Lxª em 1791”, in, I.A.N.T.T., Ministério do Reino, Plantas, maço 454, cx. 569.

todo o trabalho de preparação do enterro: tarimba para depositar os corpos, altar, sacristia e lavatório. O pátio, descoberto na zona central e coberto em todo o seu redor, assemelhava-se a um claustro. Toda essa área foi geometricamente dividida, possibilitando uma distribuição uniforme dos covais. Haveria também “lugar para se colocarem mausoléus para quem os quiser mandar fazer” e “cómodos para os ossos”. O arquitecto mostra uma grande preocupação com os aspectos técnicos do funcionamento do novo espaço cemiterial, chegando mesmo a projectar uma “máquina para sublevar a pedra que serve para cobrir as covas”. Por outro lado, há uma grande motivação funcional na adequação do espaço à sua função. Não se tratava já de uma adaptação de um espaço a uma função que não a sua original, como acontecia até então nos templos, mas um espaço que é construído de raiz. Embora grande parte do seu espaço de enterramento seja exterior, ele desenvolve-se em redor de uma ermida, à semelhança da relação estabelecida entre igreja e adro. Trata-se, assim, de dar dignidade a esse espaço e conseqüentemente ao sistema de enterramento através da criação de um espaço exclusivo a esse fim, e finalmente salvaguardar a salubridade dos vivos, enfim da cidade. Encontramos neste projecto de António Fernandes Rodrigues a aplicação da ordem clássica, o uso de planta regular, com eixos fortemente marcados, uma ausência total de vegetação e uma arquitectura “monumental” aplicada à fachada e à ermida. O destino deste projecto seria manter-se no seu suporte.

A escolha dos locais para estabelecer cemitérios permanecia em aberto e, em 1794, Luis Dias Pereira, corregedor do crime do bairro dos Remolares, a pedido do ministro José Seabra da Silva, examinaria, em conjunto com os médicos da Câmara F. Ignácio Tamagnini e Manuel Luís Alvares de Carvalho, terrenos próprios para se formarem três cemitérios<sup>23</sup>. Apesar dos referidos exames, relatórios e projectos para a criação de novos cemitérios e de aparentemente ter sido manifestada vontade política, a verdade é que nada seria realizado e naturalmente os problemas cada vez mais se agravavam.

23 “Um dos cemitérios se deve formar na rua direita de Monte Agudo, antes de chegar ao caminho novo em uma terra de sementeira pertencente a D. Mariana de Moura, viúva de um negociante; que se deve fundar outro cemitério em uma terra de sementeira entre o Arco do Carvalhão e alto de Campolide pertencente a Manuel Correia; que o terceiro cemitério pode ser formado no sítio onde se acha a Ermida de N. Sr<sup>a</sup> dos Prazeres defronte das casas do Excelentíssimo conde de Lumiares em uma terra de renda de António Henriques Espingardeiro morador na Torre da Pólvora”, in, I.A.N.T.T., Ministério do Reino, maço 454, cx.569.

Em 1793, vamos encontrar um “projecto” para futuros cemitérios pensado e escrito pelo conde Leopoldo von Berchtold (1750-1809) na sua obra *Ensaio sobre a extensão dos limites da beneficência a respeito assim dos homens, como dos animais*<sup>24</sup>. Na secção IV dessa obra, com o título *Cemitérios fora da cidade*, estes deveriam estabelecer-se em locais que recebessem o vento de modo a varrer as exalações das sepulturas sem prejuízo para a cidade, preferivelmente para o norte, ou noroeste. O local ideal seria um outeiro, mas não havendo um outeiro perto da cidade, Berchtold propunha que se plantassem em redor de todo o cemitério alamos e salgueiros, árvores que atraem as exalações da terra, e no seu interior arbustos e plantas rasteiras, de modo a não impedir a circulação do ar e a possibilitar a sua purificação.

Entre 1799 e 1800 ter-se-á iniciado a construção de um cemitério no Campo de Ourique, uma vez que em carta assinada pelo arquitecto Francisco Xavier Fabri (1761-1807), dirigida a S. Alteza Real, este arquitecto refere “a obra do novo cemitério no Campo de Ourique o qual como está quase concluído merece que se cuide do seu acabamento”<sup>25</sup>. Tratava-se de um cemitério situado num alto ao norte da cidade<sup>26</sup> de planta rectangular, com uma área de 2706 varas quadradas, que se pretendia todo murado, com entrada por um portal através do qual se teria acesso directo, por meio de uma calçada, à ermi-

24 Leopoldo von Berchtold – *Ensaio de vários meios com que se intenta salvar e conservar a vida dos homens em diversos perigos a que diariamente se achão expostos*. Lisboa, M.DCC.XCIII.

25 Para indicar as obras necessárias para a conclusão do referido cemitério que, segundo ele, são de “módica despesa”, Fabri anexa uma planta na qual “mostra a porção das paredes que estão feitas à excepção da parte de banho amarelo que é o que falta e que se deve continuar”. As restantes obras, ainda sem cálculo da despesa, eram o “portal com grade de ferro, a ermida com porta de madeira do Brazil, caxilhos das duas vidraças, como também de uma calçada que do portal vai à ermida, com duas batibandas à ilharga de alvenaria para se demarcar nelas as divisões das covas para o bom regulamento do cemitério”, in, A.H.M.O.P., Ministério do Reino, 44. No I.A.N.T.T., Arquivo Histórico do Ministério das Finanças, inventário de plantas do Ministério do Reino, vol.IV, existe um desenho que se pensa ser do “portal do cemitério de Campo de Ourique, assinado Franc<sup>o</sup> Xr. Fabri”, e uma “Planta do lugar destinado para cemitério situado no Campo do Ourique, falta para se acabar a parte que está a amarelo”, IV/C/104(30), Cx 5260.

26 Vitor Ribeiro entre os vários cemitérios que faz referência: (cemitério dos pobres ou de Sant’Ana, de N. Sr<sup>a</sup> do Monte, dos Anjos, das Mercês, Prazeres que começou em 1599 para pestíferos, do alto do casal de Pedro Teixeira na Ajuda, do hospício de St<sup>a</sup> Rita, de S. Sebastião, do Socorro, de St<sup>a</sup> Catarina, de S. Lázaro, da Caridade ao Calvário) menciona o cemitério de Campo de Ourique ou dos Soldados, “no sítio onde depois foi a horta do quartel, e da qual hoje resta apenas um retalho, acantado quase à esquina da nova rua Ferreira Borges, invadida a área restante pelas construções modernas do bairro. É tradição corrente que no lugar da horta se encontraram numerosas ossadas”, in, – Algumas notícias documentais da arte e arqueologia relativas à Misericórdia de Lisboa e à sua Igreja e casa de S. Roque, in, – *Arquivo Histórico Portuguez*. Lisboa, 1907.vol.V.



da construída no seu interior, no lado oposto à entrada. O terreno do cemitério teria sido comprado “pela coroa no tempo do feliz reinado da augustíssima Sr<sup>a</sup> D. Maria I”<sup>27</sup> e começou “a servir no ano de 1809” altura em que o solo foi benzido<sup>28</sup>. A partir de então ficaria submetido à administração do ramo da saúde pública, e nele se enterrariam “não só os corpos dos pobres falecidos na freguesia de St<sup>a</sup> Isabel” como também serviria “de receptáculo dos ossos do alimpamento dos covais e se enterrariam os corpos dos falecidos na parte do poente desta cidade, conduzidos pelas tumbas da Misericórdia” o que “muito induzia a poupar os terrenos dos dois outros restantes cemitérios do Campo de St<sup>a</sup> Ana e da Graça, que por vezes têm assustado os moradores daqueles sítios pelas desordens ali acontecidas em razão da grande acumulação de corpos em terrenos pouco espaçosos e contíguos a habitação de gentes”<sup>29</sup>.

A terminar o séc. XVIII é publicada a obra do médico Vicente Coelho de Seabra Silva Telles (1764-1804), *Memória sobre os prejuízos causados pelas sepulturas dos cadáveres nos templos e methodo de os prevenir*, onde são enumeradas as medidas a tomar para “evitar ou diminuir os maus efeitos das sepulturas fora e dentro dos templos”<sup>30</sup>. Este médico centra a sua obra nos efeitos nefastos do cadáver, considerando que o meio mais eficaz para os evitar seria a cremação. Outro meio seria o de “fazer grandes e espaçosos cemitérios fora das povoações, em sítios que possuam ser bem lavados dos ventos, e humedecidos pelas chuvas”. Apesar dos primeiros escritos “esclarecidos” que se manifestavam contra a prática insalubre e imoral de enterrar os cadáveres dentro dos templos terem sido publicados em 1756, a verdade é que, em finais do séc. XVIII, continuavam a adoptar-se os mesmos procedimentos, ainda mais agravados com a passagem do tempo. Ou seja, a consciência e a denúncia do problema não chegaram para alterar essa situação.

No início do séc. XIX, concretamente em 1811, o deflagrar de uma epidemia suscitou de novo o “debate” sobre os problemas da saúde pública,

centrando-se inevitavelmente no facto de se continuarem a sepultar os cadáveres no interior dos templos e na deplorável insalubridade da cidade. À semelhança do que aconteceu no séc. XVIII, também em Oitocentos será um grupo restrito que irá continuar a apresentar razões “científicas” para justificar o estabelecimento de cemitérios extramuros. Em 1818 o médico José Pinheiro de Freitas Soares (1769-1831) publica o *Tratado da polícia médica no qual se comprehendem todas as matérias que podem servir para organizar hum regimento de polícia de saúde, para o interior do reino de Portugal*, no qual são delineadas algumas “qualidades” a ter em conta na construção de cemitérios: “deviam ser localizados fora dos aglomerados populacionais, à distância de pelo menos 600 pés e de acordo com o sentido dos ventos dominantes, particularmente na estação do Verão”. Era conveniente que se encontrassem afastados de fontes, rios, cisternas e aquedutos, “a fim de não contaminarem as águas, e que tivessem árvores (ciprestes, amieiros, salgueiros) susceptíveis de absorver com facilidade as exalações de terras húmidas”<sup>31</sup>. Os sítios mais convenientes localizavam-se para norte e noroeste, de tal modo que os ventos passassem sobre as habitações antes de chegarem aos cemitérios.

Finalmente, em 1833, o ministro da Fazenda José da Silva Carvalho (1782-1856), informa o Cardeal Patriarca das Ordens do Duque de Bragança, para que cessassem os enterros dentro das igrejas, nos adros delas ou nos claustros dos conventos”. Dava-lhe também conhecimento que tinha sido enviado ao Intendente-Geral da Polícia uma ordem para que “nas cercas de algumas casas religiosas se demarcassem provisoriamente os terrenos necessários para cemitérios nas localidades mais convenientes, enquanto se não estabelecessem os que deviam ser marcados para o futuro”<sup>32</sup>. Ainda, em 1833, o Duque de Bragança tendo recebido o ofício do conselheiro Intendente-Geral da Polícia relativamente ao estabelecimento mais pronto e menos dispendioso de cemitérios nas cercas dos conventos da Graça e dos Barbadinhos Italianos a St<sup>a</sup> Apolónia, ordenava “que todo o terreno compreendido dentro dos muros das referidas cercas fosse destinado para cemitérios aí mandados estabelecer”<sup>33</sup>. A vigilância destes cemitérios ficaria a cargo da repartição da Polícia e

27 I.A.N.T.T., Ministério do Reino, Saúde Pública, maço 471, cx.588.

28 O Cemitério de Campo de Ourique deixaria de funcionar a partir de 1842, quando a Câmara determinou que fossem removidos para o cemitério dos Prazeres “alguns ossos que estariam junto ao Campo de Ourique, em um terreno que serviu de cemitério”, in, *Synopse dos principais actos administrativos da Câmara Municipal de Lisboa*. 1842, 27 de Setembro.

29 I.A.N.T.T., Ministério do Reino, Saúde Pública, maço 471, cx.588.

30 Vicente Coelho de Seabra Silva Telles – *Memória sobre os prejuízos causados pelas sepulturas dos cadáveres nos templos e methodo de os prevenir*. Lisboa: Fr: José Mariano Velloso, M.DCCC. p.22.

31 José Pinheiro de Freitas Soares – *Tratado da polícia médica no qual se comprehendem todas as matérias que podem servir para organizar hum regimento de polícia de saúde, para o interior do reino de Portugal*. Lisboa: Typografia Academia Real das Ciências, 1818, p.17.

32 *Crónica Constitucional de Lisboa*, nº51, 1833, p.2647.

33 *Crónica Constitucional de Lisboa*, nº68, 1833, p.368.

dos Ministros Criminais dos bairros que deveriam também zelar pelo cumprimento das ordens acima referidas. É a perda definitiva de poderes por parte da igreja e a “vitória” duma política administrativa laica que responderá pelo desenvolvimento dos cemitérios.

Os dois cemitérios públicos de Lisboa estabelecidos na terceira década do séc. XIX, cemitério público do lado Ocidental de Lisboa, no sítio dos Prazeres<sup>34</sup> e cemitério público do lado Oriental de Lisboa no Alto de S. João<sup>35</sup>, converter-se-ão em cenários da nova monumentalidade civil e serão, simultaneamente, promotores de crescimento urbano e motores desmultiplicadores do centro da cidade. Esse arranque desenvolvimentista confere-lhes um carácter antecipatório na evolução do tecido urbano que deve ser sublinhado, tanto mais que terá sido o único equipamento urbano do Liberalismo que, pela sua natureza, não permitia a ocupação dos espaços resultantes da extinção das ordens religiosas. Embora a refuncionalização desses edifícios conventuais a novas necessidades legitimasse a emergente laicização, os cemitérios, ao construir de raiz o seu espaço, implantaram essa laicização de uma forma mais eficaz.

Estes cemitérios implantaram-se em duas zonas periféricas da cidade, constituídas essencialmente por quintas e pequenos aglomerados populacionais, que, na sua grande maioria, estavam relacionados com as indústrias aí radicadas. Em relação ao cemitério ocidental, tratava-se da zona de Alcântara e, no caso do cemitério oriental, da zona de Xabregas. A cidade, ao expulsar do seu interior os espaços da morte, liberta a rua desse constrangimento, bem como da evidência quotidiana da morte e, ao libertar o núcleo central e habitacional da morte, coloca-a para “lá de si”. Deixará de ser uma entidade espacial bem delimitada, quebrará a definição de cidade finita e será obrigada a reclassificar o seu espaço. Ou seja, os dois grandes cemitérios públicos oitocentistas de Lisboa rompem a imagem mental da forma unitária da cidade, e tomam-se potenciais focos direccionais do crescimento urbano.

34 Ao cemitério da zona ocidental da cidade caberiam as freguesias de St<sup>a</sup> Isabel, St<sup>a</sup> Catarina, Santos, Alcântara, S. Mamede, Lapa, Encarnação, Mercês, Coração de Jesus e S. Sebastião.

35 Ao cemitério da zona oriental caberiam as seguintes freguesias: Castelo, Santiago, S. Martinho, S. Miguel, St<sup>o</sup> Estevão, S. Vicente, S. Tomé, Salvador, Madalena, Conceição, St<sup>a</sup> Justa, Sacramento, Pena, Arroios, St<sup>o</sup> André, St<sup>a</sup> Marinha, St<sup>a</sup> Engrácia, S. Cristovão, S. Lourenço, Sé, S. João da Praça, Socorro, S. Julião, S. Nicolau, Mártires, S. José, Anjos e S. Paulo.

## O cemitério dos Prazeres: criação e ordenamento do seu espaço e da sua arquitectura

O cemitério dos Prazeres<sup>36</sup> implantar-se-ia sobranceiro ao vale de Alcântara, em parte do terreno da Quinta dos Prazeres, terreno esse que absorvia “memórias necrófilas” desde o séc. XVI<sup>37</sup>. As providências publicadas, em 1834, na *Gazeta Official do Governo*, revelam-se como uma espécie de pré-modelo formal e regulamentar dos cemitérios públicos:

“Dar-se-á a cada um dos ditos cemitérios forma regular, e acomodada ao seu destino, com pórtico fechado, e inscrição, que declare a natureza do estabelecimento, ao lado da cidade a que pertence, e o ano da sua fundação. Haverá mais uma decente ermida, e casas próprias para habitação dos empregados; o terreno de dentro dos muros dos cemitérios será repartido em três divisões, que em tempo oportuno se adornarão de árvores: primeiro terreno para se abrirem valas para os enterramentos gerais; segunda para sepulturas razas, nas quais será unicamente permitido colocar um rótulo designando o número da sepultura; terceiro terreno para se lavantarem mausoléus, ou colocar lápides com inscrições”<sup>38</sup>.

No *Projecto para a distribuição do cemitério público do lado ocidental de Lisboa*, assinado pelo arquitecto José da Costa Sequeira (1800-1872), pode ver-se a planta inicial do cemitério, a área a adicionar e a sua distribuição. Até à construção de uma nova capela, que só teria início em 1861, a ermida de N. Sr<sup>a</sup> dos Prazeres<sup>39</sup> manteve-se em funcionamento, tendo sido compradas as

36 “Erigido em Cemitério permanente em 11 de Julho de 1834”, in *Synopse dos principais actos administrativos da Câmara Municipal de Lisboa*, doc. n.º 13, 1838, p.73. Na verdade, mesmo antes da publicação do decreto de 21 de Setembro de 1835, os cemitérios públicos de Lisboa já estavam em funcionamento, o que confirma o carácter antecipatório da capital em relação ao resto do país. Um ano depois seria inaugurado o cemitério de Santarém e durante todo o séc. XIX outras cidades instalaram cemitérios: “Porto (Prado do Repouso, 1839; Agromonte, 1856); Aveiro (1838); Évora (1840); Vila Real (1841); Funchal (1842); Horta (1846); Ponta Delgada (1846); Angra do Heroísmo (1848); Viseu (1856); Coimbra (1858-59); Braga (1878); Amarante (1881); Santo Tirso (1886); Felgueiras (1888); Paredes (1885); Póvoa de Varzim (1892)”, in Vitor Manuel Lopes Dias – *Cemitérios, Jazigos e Sepulturas, monografia, estudo histórico, sanitário e jurídico*. Porto, 1963. p.96n.

37 O médico Theophilo Ferreira refere que “já em 1590 estes mesmos terrenos (que segundo ele eram designados de Terras dos Almeirões) serviram de cemitério para os que faleciam da epidemia”, in *Os Cemitérios de Lisboa, parecer apresentado à Câmara Municipal (...)*. Lisboa: Typographia Portuguesa, 1880, p.13.

38 *Gazeta Official do Governo*, n.º 35, sábado 9 de Agosto, 1834, p.141.

39 Essa ermida seria anterior a 1618, uma vez que no Assento de vereação de 29 de Outubro de

alfaias necessárias para a ornar com a “devida decência, a fim de servir nos actos dos enterramentos”<sup>40</sup>. Em 1838, a Câmara mandaria vir de França o projecto e regulamento interno do Cemitério do Père-Lachaise<sup>41</sup> e encarregaria o seu architecto de “dividir o terreno interno em ruas bordadas de arvoredo e monumentos”, para além de levantar “a planta de uma decente capela, e pórtico”<sup>42</sup>. A localização “periférica e envasada” da ermida que passaria a funcionar como capela do cemitério, a pequena dimensão, assim como a “indirecta” entrada terão certamente motivado um novo projecto de ampliação e distribuição para o cemitério. Nesse projecto há uma clara intenção de transformar o espaço cemiterial num espaço regular e simétrico, com um centro bem marcado. Tal intenção concretiza-se através de um eixo central que atravessa todo o espaço, partindo de uma nova entrada, seguindo para um largo central, no qual se implantaria uma nova capela, e que se prolongaria até ao extremo oposto ao da entrada. Embora o projecto de ampliação do cemitério se tenha concretizado<sup>43</sup>, a verdade é que tanto a capela como a nova entrada só se realizariam bastante mais tarde, como se pode ver no primeiro levantamento exacto da cidade de Lisboa, isto é, na *Carta Topográfica da Cidade de Lisboa de 1856/58*<sup>44</sup>, onde se confirma a ampliação do cemitério, mas ainda se mantém a primitiva entrada lateral e a ermida os Prazeres.

Num relatório de 1837 que a Comissão, encarregada de visitar os cemitérios de Lisboa, apresentou ao Conselho de Saúde Pública, elaborado pelo médico Francisco Ignácio dos Santos Cruz (1787-1859), refere-se que o

---

1618 se refere que “trouxe Maria Teixeira a esta mesa um cális, que deixou Amador Alvares cirurgião, para a ermida de Nossa Sr<sup>a</sup> dos Prazeres da Casa de Saúde”, in, Liv<sup>o</sup> II d’Assentos, fs. 126v., citado por Eduardo Freire de Oliveira – *Elementos para a História do Município de Lisboa*, tomo II, 1887, p. 426.

40 *Collecção de Providências Municipais da Câmara de Lisboa desde 1833*, tomo I, 4 de Fevereiro, 1833-52, p. 264.

41 *Synopse dos principais actos administrativos da Câmara Municipal de Lisboa*, doc. 13, 1838, p.73.

42 *Synopse dos principais actos administrativos da Câmara Municipal de Lisboa*, doc. 13, 1838, p.73.

43 Em 1838, a Câmara aprovava “a planta do Cemitério dos Prazeres, com o adiçãoamento de mais 10 palmos em cada rua”, in, *Synopse dos principais actos administrativos da Câmara Municipal de Lisboa*, Dezembro, 1838, p.33.

44 Sob a orientação de Filipe Folque (1800-1874), os trabalhos foram “adjudicados a C. Pezerat, F. Goullard e C. Goullard, dos quais resultaram 65 folhas de levantamentos topográficos”, in, Ana Cristina Leite – Lisboa 1670-1911 a cidade na cartografia. In *Cartografia de Lisboa Séc.s XVII a XX*. Lisboa: Museu da Cidade, 1997, p.36.

cemitério, possuindo “já uma grande quantidade de túmulos, alguns deles de belo mármore branco, ou variegado”, tinha todas as condições requeridas, nada havendo a notar; nem “quanto à sua distância da cidade”, sendo o único reparo da Comissão respeitante “a algum descuido na plantação de árvores”<sup>45</sup>. A “distância da cidade” mencionada pela Comissão, pode ser perfeitamente detectada, na referida carta topográfica. Nas folhas respeitantes à zona do cemitério dos Prazeres e áreas circundantes<sup>46</sup>, os limites da cidade de princípio do séc. XIX, podem ser traçados sobre a Calçada das Necessidades, seguindo pela Rua direita da Boa Morte, Rua do Patrocínio, Rua de S. Miguel, Rua de S. Luiz e Rua de S. João dos Bem Cazados, e os limites da segunda metade do século no traçado da Estrada de Circunvalação; entre eles há um vasto conjunto de campos e quintas, estando o cemitério junto à Estrada da Circunvalação, ou seja, muito para lá dos limites do princípio do século. E, ao olharmos para toda a área que circunda os muros do cemitério verificamos que, pelo facto desses terrenos serem quintas, não há traçado urbano, ou seja, não existem ruas de acesso. No fundo, era toda uma área privada que se estava a transformar pela implantação do novo equipamento<sup>47</sup>. O acesso ao cemitério fazia-se pela Estrada dos Prazeres, chegando-se a esta via pelo Caminho atrás dos Prazeres, que ligava a Estrada da Circunvalação ao Caminho dos Prazeres, ou pela Rua da Fonte Santa, que ligava com o Caminho dos Prazeres, ou ainda pela Rua do Forno.

À Comissão que elaborou este relatório não terá passado despercebida a obra *Memória sobre a inconveniência dos enterros nas igrejas e utilidade da construção de cemitérios*, publicada em 1835 pelo médico Francisco d’Assis de Sousa Vaz (1797-1870) onde, depois de enumerar os três grandes cemitérios de Paris, apresenta o conceito de Cemitério como Atheneu Histórico e Museu da Morte. Para Sousa Vaz, o espaço cemiterial oferecia às famílias “principais e abastadas” um “vasto campo da natureza” privilegiado para a construção dos seus túmulos “debaixo da direcção das Belas-Artes”, tornando-os assim monu-

---

45 *Annaes do Conselho de Saúde Pública do Reino*, Lisboa, 1838, p.282-283. Reparo que talvez não tenha passado despercebido à Câmara, uma vez que, em 1839, “aprovou uma proposta tendente a ser chamada gente necessária para se fazer uma plantação de árvores no Cemitério dos Prazeres”, in, *Synopse dos principais actos administrativos da Câmara Municipal de Lisboa*, 1839, p.7.

46 Folha 24 (Alto Sete Moinhos); folha 25 (Campo de Ourique); folha 32 (Cemitério dos Prazeres); folha 33 (Estrela); folha 39 (Prazeres) e folha 40 (Necessidades).

47 Esse sinal de civilização só se transformaria em sinal cosmopolita com o futuro traçado do Bairro de Campo de Ourique.

mentos, o que não acontecia nos “retiros subterrâneos e ignorados” dos templos. As famílias “desejando incessantemente exceder-se umas às outras” promoveriam, com as suas encomendas, a “abertura de um novo campo das artes, estimulariam a produção dos artistas, que certamente quereriam rivalizar entre si com suas obras, e concorreriam para fazer imprimir nas artes progressos espantosos”. Essa seria uma grande ocasião para Portugal “hombrear com as demais nações”. Finalmente, este médico desejava que o governo transportasse para os cemitérios “os corpos daqueles cuja vida teria merecido a Pátria” e lhes erguesse “os mais belos monumentos”. Este desejo de consagrar o “grande homem” erigindo-lhe um monumento, erguendo-lhe “uma obra criada da mão do homem e edificada com o fim preciso de conservar sempre presente e vivo na consciência das gerações futuras a lembrança dessa acção”<sup>48</sup>, renova a noção histórica de monumento e promove a consciência histórica da nação. Os monumentos construídos no cemitério, no espaço da memória, tornam-se metáforas de si próprios.

Em 1842, na secção *Varietades* do *Diário do Governo*, um articulista anónimo oferece-nos sob o título *O Cemitério dos Prazeres* uma descrição desse recente espaço. O cemitério resumia-se a uma “comprida rua de monumentos dentro da aridez de um campo murado”, ficando impressionado com o modo como essa rua era “alinhada a cordel”, com essa regularidade feita com cadáveres!” e com o modo “como se apodrece com simetria de um e de outro lado”. Também António Feliciano de Castilho (1800-1875) se mostrava incomodado com o ordenamento interno do espaço cemiterial, afirmando que esse gosto pela simetria “é o estafado plano dos arruamentos do pautadíssimo marquês de Pombal, transferidos da cidade viva, contrafeita e forçada, para a cidade defunta liberrima e igualíssima”. Segundo este autor o modelo a seguir, seria o dos cemitérios protestantes<sup>49</sup>, nomeadamente os suíços, denunciando

uma estética romântica, especialmente no que diz respeito à relação do homem com a natureza<sup>50</sup>.

Envergonhado com a arquitectura que se estava a praticar nos cemitérios, Ribeiro de Sá alerta para o facto de não haver nos cemitérios, que deveriam ser “templos dos mortos (...) nem uma só inspiração do céu, nem uma única saudade que a arte haja transformado em maravilhoso monumento”<sup>51</sup>. Numa visita ao Cemitério dos Prazeres também o indignou o facto de quem quisesse erguer um túmulo estar sujeito ao “cordel municipal” que designava “a espaçosa rua” onde seria colocado o monumento. Segundo Ribeiro de Sá parecia “tratar-se de preparar o terreno para algumas corridas de touros ou cavalgadas, e não para um cemitério”. Quanto aos monumentos encontrados, não havia nenhum para admirar, sustentando que o mal estava centrado nos operários rudes que se ocupavam de construções que só podiam ser “delineadas por artistas”, doutro modo, o resultado estava à vista: “uniformes monumentos que guarnecem as ruas dos nossos cemitérios”.

Este artigo de Ribeiro de Sá mostrou-se fundamental para a crucial questão de quem construía os monumentos funerários, mas, antes, detenhamo-nos numa singular obra que surgiria após doze anos de funcionamento do cemitério dos Prazeres, e que terá sido a primeira a publicar imagens dessas construções, uma vez que até aqui todos estes artigos, que temos vindo a referenciar não são acompanhados de qualquer reprodução visual. Em 1845, era publicada a obra *Os túmulos Portugueses no alto dos Prazeres*<sup>52</sup>, cujo discurso preliminar era assinado por José da Silva Mendes Leal Júnior (1818-1886). Todos os túmulos mencionados são acompanhados de uma reprodução e de uma pequena ficha artística onde podemos encontrar o seu respectivo número, pequena análise formal, epitáfio e dimensões. Embora o autor elabore

48 Definição de monumento de Alöis Riegl, in, *Le culte moderne des monuments*. Paris: Éditions du Seuil, 1984, p.35.

49 O cemitério Inglês de Lisboa nasce do tratado celebrado entre D. João IV e Cromwell, em 1654, no qual se previa a cedência de um terreno para estabelecer um cemitério. Em 1717, seria arrendado um terreno pertencente a António Gonçalo de Almeida Sousa e Sá, começando-se os enterramentos em 1725. No seu interior, foram plantadas “à maneira inglesa” árvores de diversas espécies: ciprestes, olaias, gerânios, etc. Aí se encontravam os túmulos dos escritores ingleses: Henry Fielding (1707-1754), erguido em 1786; Philip Doddridge (1702-1759) e ainda o mausoléu “piramidal e piranesiano”, uma pirâmide ladeada por duas meias colunas com caneluras sobre as quais estavam colocadas umas cinerárias que tinham suspensas grinaldas que, segundo Paulo Varela Gomes, foi traçado pelo arquitecto F. Fabri para o príncipe Waldeck, in, ATC, L. 4267, 4268 e 4269,

citado por Raquel Henriques da Silva – *Lisboa Romântica 1777-1874*. Lisboa: UNL / FCSH, 1997. Tese de Doutoramento.

50 “Que mais formosos, que mais acomodados à natureza, e à melancolia, onde a feição da terra, não desfigurada, a cada passo oferece uma novidade ao cuidadoso solitário”, in, António Feliciano de Castilho – *O dia de finados e os cemitérios*. *Revista Universal Lisbonense*. Série I, vol.III (1843-44). p.121-128.

51 S. J. Ribeiro de Sá – Academia de Bellas-Artes de Lisboa, Exposição de 1843. *O Panorama*. Série II, vol. III (1843), p.103-104.

52 *Os túmulos portugueses no alto dos Prazeres, por uma sociedade d'artistas; colecção dos túmulos mais notáveis por seu gosto em arquitectura, seus epitáfios, ou cinzas em que se encerram erigidos no alto dos Prazeres*. Lisboa: Typographia da Academia das Belas Artes, 1845.

esta obra baseando-se no estudo de um conjunto de 24 túmulos, a verdade é que, o facto de alguns desses túmulos, tal como o autor refere, servirem de modelo para muitos outros<sup>53</sup>, alarga consideravelmente o âmbito da obra, e de certo modo esclarece qual o gosto “comercial” da época. As formas mais frequentemente usadas para a composição de túmulos de menores dimensões eram: o pedestal, a coluna, a pilastra, o obelisco, a pirâmide e a urna. No que diz respeito aos elementos decorativos usados, todos eles estavam profundamente relacionados com a simbólica da morte: a ampulheta, a saudade, a coroa, o festão, a cobra, o facho e a caveira.

Os modelos adoptados para as novas construções funerárias são semelhantes aos modelos construídos e reproduzidos nas primeiras recolhas de túmulos e nos primeiros guias de cemitérios<sup>54</sup> publicados em França, modelos presos às formas da Alta Antiguidade e da Antiguidade Clássica, e que também eram os modelos referenciados nas introduções históricas dos escritos que surgiram no séc. XVIII e nos inícios do séc. XIX. Mas essas composições funerárias são também alusões a elementos de remate de construções arquitectónicas<sup>55</sup>, citações de algumas formas usadas na composição formal dos chafarizes, alusões à arquitectura efémera dos catafalcos, às grandes armações que se traçaram para as exéquias, ou alusões a elementos de suporte que aqui ganham um carácter autónomo, processo semelhante ao que aconteceu nos jardins, bem como alusões a alguns túmulos das igrejas. Os túmulos de maior dimensão, construções mais próximas de um pequeno edifício, onde, ao contrário dos

anteriores, há uma espécie de redução da escala do modelo original, recebendo por vezes a designação de jazigo ou jazigo de família, adoptam traçados de raiz antiga, nomeadamente romana, o que no contexto do séc. XIX, poderíamos designar de traça neoclássica. A excepção deste conjunto seria o túmulo nº 368, considerado por Mendes Leal de “gosto gótico mas pinturesco”, sendo um dos primeiros jazigos do cemitério a ser construído como uma capela em miniatura.

Num artigo de Alexandre Herculano publicado em *O Panorama* em 1837, o autor refere que no “nosso país os monumentos do estilo gótico têm sido assaz desprezados, e até barbaridade e ignorância lhes tem feito uma guerra cruel”, fazendo uma comparação com outros países como a Inglaterra e a França onde se conservava e reparava esses edifícios, que “são como a história da inteligência e da grandeza do país, e que talvez, em breve, serão modelo para os artífices, quando de todo acabar o preconceito de que em artes só o grego e o romano é belo”<sup>56</sup>. Este alerta para os monumentos, para a sua conservação, e para a história do país, é também uma chamada de atenção para a arquitectura gótica como uma alternativa ao modelo clássico.

Mas quem idealizava, desenhava e construía esses túmulos?

O facto de a Câmara Municipal de Lisboa só em 1850 estipular a obrigatoriedade de entregar, junto com o pedido de compra de terreno para a construção de sepultura, dois desenhos com o modelo que se pretendesse erguer, dificulta o acesso à autoria do modelo desenhado ou da construção, pela ausência da respectiva fonte. De qualquer forma, a partir dessa data, embora comecem a ser entregues os desenhos conforme o estipulado, a verdade é que eles são extremamente rudimentares, não tendo qualquer assinatura, sendo desprovidos de escala e formalmente muito duvidosos quanto a uma possível autoria de arquitecto. Por outro lado sabemos que a partir dos anos 40/60, os jazigos são construídos por canteiros ou em oficinas de canteiros<sup>57</sup>.

56 *O Panorama*, vol.I, nº1, 6 de Maio, 1837.

57 Gonçalo de Vasconcelos e Sousa refere que durante a sua investigação em Lisboa lhe foi dado a adquirir o manuscrito *Relação e Dispeza de um monumento sepulchral, que fiz para o cemitério dos Prazeres, por ordem da Ilma Srª D. Joaquina Margarida Dias Pereira, para colocar na sepultura do Ilmo sr. D. Joaquim do Coração de Jesus Dias seu tio que descreve o orçamento para o referido monumento (...)*, 25 de Julho de 1845 e assinado Francisco Salles. Confirmados também pela inscrição na própria sepultura ou mencionados no processo do respectivo mausoléu e em anúncios publicados no *Almanak Industrial, Comercial e Profissional de Lisboa para os anos de 1865*, de Vilhena de Barbosa.

53 Como é o caso do túmulo nº385 que é repetido no túmulo nº127, ou do nº86 repetido no nº85. Se compararmos o número total de enterros no cemitério dos Prazeres e o número de monumentos colocados no mesmo cemitério, veremos que a diferença é significativa, sendo bastante baixa, a percentagem de construções funerárias erguidas. Entre 1840 e 1844, o número total de enterros foi de 14.131 para 436 monumentos colocados, in *Synopse dos Principais Actos Administrativos da Câmara Municipal de Lisboa, 1840-1844*.

54 Entre outros *Le Cimetière Mont-Louis dit du Père-Lachaise. Ouvrage orné de planches représentant plus de 2000 mausolées érigés dans le cimetière depuis sa création jusqu'au 1 janvier 1816 avec leurs épitaphes, son plan topographique tel qu'il existait du temps du Père-Lachaise et tel qu'il existe aujourd'hui, et suivi de quelques remarques sur la manière dont différents peuples honorent leurs défunts (1816)*; *Recueil de tombeaux des quatre cimetières de Paris avec leurs épitaphes et leurs inscriptions. Mesurés et dessinés par C. P. Arnaud architecte dessinateur, premier éditeur de ce nouveau genre d'ouvrage (1817-25)*.

55 Veja-se na Igreja do Senhor Bom Jesus da Cruz em Barcelos, as pequenas pirâmides que terminam com esferas colocadas nos topos; na Igreja de São Vicente em Braga, um pequeno pedestal cúbico com obelisco que termina em esfera; na Igreja dos Congregados da mesma cidade, vasos com caneluras e no bordo chamás; no Santuário do Bom Jesus do Monte, escultura da Virtude, vaso com o bojo canelado e no bordo jacto de chamás.

Retomemos a interrogação: quem poderia desenhar e construir esses primeiros túmulos?

Em termos de ensino de arquitectura e do desenho, as obras do Palácio da Ajuda, iniciadas nos últimos anos do sec. XVIII, funcionaram à semelhança da Casa do Risco, como instituição de ensino, até pelo menos 1833. Em 1836, com a criação Setembrista da Academia Nacional de Belas-Artes, há uma espécie de prolongamento pedagógico da Ajuda, uma vez que para aí transitaram homens formados naquele estaleiro, como é o caso de João Pires da Fonte (1796-1873) e José da Costa Sequeira, o que quer dizer que se dá um prolongamento da estética neoclássica, estipulada nos próprios estatutos da Academia<sup>58</sup>. O conselheiro Joaquim da Costa e Silva, em 1821, ao ser exonerado do cargo de Inspector da Obra do Palácio da Ajuda, elabora um relatório apologético do seu trabalho que viria a ser publicado e que se mostrou um indicador precioso no que diz respeito ao “ensino do ofício de canteiro”. Costa e Silva, sabendo que, em Portugal, a arte da escultura e esbatimento de ornato em pedra estavam em vias de desaparecer e sendo necessário para a continuação das obras de decoração do palácio contratar alimpadores, que também eram raros, tomara a decisão de encarregar “os mestres pedreiros do mesmo Palácio” de escolherem “os aprendizes mais hábeis e de maior propensão para estudarem o desenho dentro do sobredito edifício debaixo da direcção do arquitecto-pintor Manoel Piolti”; Costa e Silva refere ainda que formaria “o princípio de uma biblioteca, composta de livros próprios para os estudos”, chegando mesmo a emprestar alguns livros, de entre os quais destaca “estampas da *Invenção de Bertholosi*”<sup>59</sup>.

58 No Artº 54º dos Estatutos da Academia de Bellas Artes pode ler-se: “Far-lhes-há conhecer as diferentes espécies de Architectura usadas por diferentes povos e especialmente as cinco Ordens Gregas e Romanas, notando os caracteres de cada uma, das suas vantagens e defeitos, o seu emprego e modificação nos diferentes géneros de edificios”.

59 Joaquim da Costa e Silva – *Demonstração do que o conselheiro Joaquim da Costa e Silva praticou como inspector que foi da obra do Palácio da Ajuda desde 1818 a 1821*. Lisboa, 1821, p.13,14. Alguns desses canteiros aparecem mencionados no *Abecedário dos operários das reais Obras do Palácio de N. Srª da Ajuda*, onde são referidos 100 canteiros e 31 cabouqueiros com os respectivos nomes e salários. A preocupação do conselheiro Joaquim da Costa e Silva em relação ao perigo de extinção do ofício de canteiro parece plenamente justificada ao analisarmos o *Mapa demonstrativo das corporações dos ofícios mecanicos embandeirados e não embandeirados, com o número dos mestres e officiaes de cada um dos officios no ano de 1620, e tão somente dos mestres examinados nos anos de 1803, 1824 e 1834, de cujas épocas se deduz o estado progressivo, declinatório ou extintivo dos mesmos (...)*. Na bandeira de S. José os números atribuídos aos canteiros que estão incluídos nos pedreiros são: 1620-2500; 1803-130; 1824-109; 1834-58; citado por Eduardo Freire de Oliveira – *Elementos para a História do Município de Lisboa*. Tomo XVII, p.334,335.

Estas fontes remetem-nos também para a questão de saber quais os manuais usados pelos mestres tanto na construção como na acção pedagógica, isto é, quais os referentes “eruditos e visuais” da formação artística. Para além das obras compiladas e traduzidas por José da Costa Sequeira, duas importantes obras de arquitectura neo-clássica, segundo Marie-Thérèse Mandroux, transitam da Casa do Risco para a Academia Nacional de Belas Artes<sup>60</sup>: a obra de Christian Ludwig Stieglitz (1756-1836), *Plans et dessins tirés de la Belle Architecture ou représentations d'édifices...* (1800), e a obra de Jean François Neufforge (1714-1791), *Recueil élémentaire d'architecture contenant plusieurs études des ordres d'architecture d'après l'opinion des anciens et le sentiment des modernes..., divers exemples de décorations extérieurs à l'usage des monuments sacrés, publics et particuliers*, (1575-72). Na obra de Stieglitz, podemos ver o projecto para o túmulo da família do conde de Darnley, no qual, entre os elementos mais marcantes e provavelmente fonte de outras construções, se destacam as colunas dóricas, a cúpula piramidal e os sarcófagos apoiados em esferas e de tampa triangular formando uma espécie de frontão. No que diz respeito à obra de Neufforge, é clara a sua eleição do dórico como estilo funerário.

De origem excepcional e permanecendo uma excepção, o jazigo da Família do Duque de Palmela permite-nos sair do campo das hipóteses, no que diz respeito às autorias, e entrar num mundo de personalidades artísticas. Em 1845, a Câmara Municipal de Lisboa acordava que se aceitasse “a oferta” feita por D. Pedro de Sousa Holstein (1781-1850), 1º Duque de Palmela, de “juntar ao cemitério dos Prazeres um terreno de 500 palmos quadrados, edificando em parte dele um túmulo para sua família”<sup>61</sup>. Esta construção funerária teria assim uma origem de excepção, ao ser erguida em terreno privado que, embora se torne municipal, manterá a sua imagem de “território privado”, não só pela dimensão do jazigo mas sobretudo pela organização do conjunto arquitectónico. A manutenção desta imagem de excepção foi garantida pela localização do terreno, a norte de um dos limites do cemitério, com o qual confinava num dos lados, confinando do outro lado com o Caminho atrás dos

60 Marie-Thérèse Mandroux – *Un architecte portugais du dix-neuvième siècle: Manoel Joaquim de Souza (1774-1851)*. *Belas-Artes*, nº20, Lisboa, 1964, p.6.

61 *Synopse dos principais actos administrativos da Câmara Municipal de Lisboa*, 1845, Outubro, p.19. Tendo sido assinada a escritura de anexação em Março de 1847, in, *Synopse dos principais actos administrativos da Câmara Municipal de Lisboa*, 1847, Março, p.9.

Prazeres, e a ocidente com a Estrada da Circunvalação, barreiras de crescimento que lhe serviram de defesa. O duque de Palmela anexou um terreno privado e periférico ao cemitério público, conseguindo garantir que esse espaço continuasse a ser de excepção, ou seja, logrou criar um cemitério privado dentro de um cemitério público. D. Pedro de Sousa Holstein convidaria o arquitecto cenógrafo italiano Giuseppe Cinatti (1808-1868), a projectar o seu jazigo, tendo o próprio duque de Palmela “delineado o seu programa”. Cinatti elege dois modelos “antigos”, para o projecto, inserindo um pórtico dórico numa pirâmide de base quadrada. Um mausoléu ou uma pirâmide eram referidos na *Encyclopédie* como exemplos de monumentos, definidos como “obras feitas para conservar a memória dos homens ilustres ou dos grandes acontecimentos”. O modelo antigo, era-o aqui duplamente, pela associação do modelo da Alta Antiguidade com o modelo da Antiguidade Clássica, mais particularmente com o modelo grego, seguindo o pensamento de Johann Joachim Winckelmann (1717-1768) que considerava que a eleição do modelo grego era o “único caminho que temos para ser grandes”. Cinatti criou nessa área rectangular uma composição autónoma, conseguida através de uma marcada delimitação do espaço.

No perímetro do terreno foi construído um muro, mais elevado do lado do Caminho atrás dos Prazeres e mais baixo e com gradeamento do lado do cemitério, tendo a ocidente um portão e até à entrada do imponente jazigo piramidal, que se ergue do lado oposto, foi traçada uma longa alameda, ladeada por ciprestes, pela qual se alcança o pórtico dórico. Como remate no topo da pirâmide foi colocada uma escultura do “anjo da morte”, suportando uma cruz e um livro, com frente para a alameda.

No interior do Jazigo, na sua cripta, seriam sepultados os descendentes da família, e no exterior, em ambos os lados da alameda, os criados da família, mantendo-se para lá da morte a estrutura hierárquica. Aqui encontravam-se ainda o cenotáfio assinado por António Canova (1757-1822), em mármore de Carrara, pontuando o lugar que pertencia a D. Alexandre de Sousa e Holstein, a escultura de uma figura feminina da autoria de Célestin Anatole Calmels (1822-1906), e um baixo relevo representando o quotidiano de um hospital, de Teixeira Lopes que marca o túmulo de D. Eugénia Francisca Xavier Telles da Gama (1798-1848), Duquesa de Palmela, que fundou em Portugal a Sociedade de S. Vicente de Paulo. As tentativas de cópia do modelo nunca passaram de aproximações frustradas, uma vez que a forma, a escala e a implantação do

jazigo Palmela o tornaram irrepitível. O seu carácter único garantiu-lhe a natureza, qualidade e permanência de objecto de arte.

### A expansão do cemitério dos Prazeres na segunda metade do séc. XIX

Na segunda metade do séc. XIX, o cemitério dos Prazeres, ao ter a sua área aumentada à custa das sucessivas anexações de terrenos, obrigará a cidade a integrá-lo na sua malha; e aquela, ao desenvolver-se topograficamente, tornará essa absorção mais rápida.

Com a construção da Estrada de Circunvalação, a cidade vê não só a sua área aumentada em 25%, como são, pela primeira vez, demarcados os seus limites segundo um traçado contínuo e bem definido. A Estrada integrará e absorverá o cemitério dos Prazeres tornando-o menos periférico. A área do cemitério aumentará sensivelmente para o dobro à custa da conquista de terrenos adjacentes, diminuindo assim a percentagem de terrenos rurais dentro do perímetro urbano. Por outro lado, o cemitério será também um foco de desenvolvimento urbano ao fomentar traçados de acesso, rasgando uma nova estrada, determinando a construção de uma nova entrada e seu respectivo campo de parada, dinamizando, conseqüentemente, o desenvolvimento da área adjacente.

A questão da insalubridade dos espaços da morte situados próximo dos vivos, colocar-se-ia de novo, na segunda metade do séc. XIX. Em 1856, o marquês de Sousa Holstein (1838-1878) escreveria o artigo *Inconvenientes dos cemitérios sua substituição pela ustão dos cadáveres*, onde, depois de uma pequena introdução, expondo os perigos para a saúde pública que representavam os cemitérios estabelecidos junto dos vivos, coloca a questão de como os substituir. Pondo de parte o embalsamamento pelo seu dispêndio económico e baseando-se no parecer de Mr. A. Bonneau, refere a ustão como sendo o que conviria praticar. Propõe que se construam edifícios por ele denominados *Sarcophobos*, onde os cadáveres seriam reduzidos a cinzas, posteriormente recolhidas em urnas e entregues à família. Sousa Holstein depois de se deter na possível repugnância que o povo pudesse sentir por tal prática, sugeria que se construíssem *Columbários*, “ricos e sumptuosos nos palácios dos ricos, humildes e modestos nas habitações dos pobres”, sistema que permitiria o apoio

artístico da escultura e da pintura porque “na decoração das urnas funerárias, e dos cenotáfios abrir-se-ia um vastíssimo campo em que se exercerem”<sup>62</sup>.

Apesar dos terrenos anexados, os administradores do cemitério dos Prazeres alertavam continuamente para a falta de espaço, para o facto dos cemitérios serem um foco de infecções e a conveniência de se procurarem terrenos afastados da cidade<sup>63</sup>, levando a Câmara a nomear comissões para procurar terrenos e apresentar propostas. Em 1880, o vice-presidente Rodrigues da Câmara propunha que “cessassem os enterramentos no cemitério dos Prazeres e só se fizessem no Oriental, isto enquanto a Câmara não tiver estabelecido um cemitério fora de Lisboa, próximo de uma estação dos caminhos de ferro, tratando-se desde já de escolher terreno para esse fim”<sup>64</sup>. Sobre a primeira proposta nada se decidiria, e em relação à segunda foi votado unânimemente que se tratasse de adquirir terreno fora de Lisboa, ficando encarregado o pessoal técnico do pelouro da sanidade de escolher “um terreno cerca de 10 a 15 Km distante da cidade de Lisboa”<sup>65</sup>. O terreno que apresentava as condições exigidas pela ciência e com a suficiente extensão, encontrava-se “na estrada de Lisboa a Alhandra, no Kilómetro 16, entre Sacavém e a Povia, muito próximo do caminho de ferro”<sup>66</sup>.

Uma das primeiras cidades a estabelecer cemitérios servidos por uma linha de caminho de ferro foi Londres onde, em 1852, se fundou a London Necropolis Company, que instalaria no ano seguinte o Working Common Cemetery, com uma área de 800 hectares, a 36 Km de Londres. O cemitério seria servido de uma linha férrea especial, com uma gare especialmente destinada ao comboio que transportava diariamente os mortos para esse cemitério.

Em Paris, o prefeito Georges-Eugène Haussmann (1809-1891) idealizou também uma solução radical que se traduziria num projecto não realizado, de um cemitério único, concentrando todos os serviços de inumação da cidade, elegendo para tal Méry-sur-Oise, a 22 Km de Paris, que um caminho de ferro especial tornaria acessível, conduzindo os enterros desde as gares funerárias instaladas nos cemitérios Este, Norte e Sul. Em 1867, Haussmann expôs o seu

projecto ao Senado, mas logo, em 1868, surgiram numerosas interpelações na Câmara dos Deputados contra esse “processo de deportação fúnebre”<sup>67</sup>, restando-se o abandono do culto dos mortos com essa expulsão. No caso de Lisboa, José Júlio Rodrigues (1843-1893) propunha que fosse criado, “a alguns quilómetros da cidade (preferindo a zona esquerda do Tejo, ou a parte, que se estende a leste da capital, por causa dos ventos dominantes), um vasto cemitério onde sejam completamente atendidas as necessidades de uma população de 500.000 almas (uma área de 350m<sup>2</sup>). Para este campo de repouso daria acesso, uma linha mista de vapores e tramways, ou em vez destes, uma simples e boa estrada com um ou dois comboios por dia”<sup>68</sup>. Nenhuma destas propostas seria realizada.

A melhoria dos acessos ao cemitério dos Prazeres foi uma preocupação da Câmara, tendo deliberado que se requeresse ao governo a expropriação, por utilidade pública, de todos os terrenos que fossem necessários para a abertura de uma “bela estrada a partir da Rua de S. Miguel, uma vez que todos reconhecem que o caminho que ora existe, não tem alinhamento e se torna impraticável nos enterros de mais pompa”. A abertura da nova rua seria importante não só para melhorar esse acesso, mas também para dinamizar uma mais rápida transformação urbana, perfeitamente detectável na *Planta indicando as novas ruas que devem ser abertas entre a Rua de Campo de Ourique e a Rua do Cemitério Ocidental* (1878)<sup>69</sup>, e na proposta do vereador Namorado quando indica como sendo de “grande utilidade para o bairro ocidental, e especialmente para o novo bairro de Campo de Ourique, a abertura de uma rua que ligue o Largo da Estrela com as ruas do Patrocínio e S. Miguel, e muito principalmente com as ruas de Ferreira Borges e do Cemitério Ocidental”<sup>70</sup>. É claro que a abertura desta nova estrada implicava também uma nova entrada para o cemitério, e em 1863 seria aprovado o “Projecto de distribuição de arruamentos (...) contendo a regularização da entrada (...) bem assim dos terrenos necessários para estacionarem as forças militares nos actos fúnebres”<sup>71</sup>. Nesse sentido seria apresentado o projecto de Domingos Parente da Silva

62 *O Instituto*, 1856, vol. 5, nº15, p.175,176.

63 *Actas das Sessões da Câmara Municipal de Lisboa*, 1876, 24 de Janeiro.

64 *Actas das Sessões da Câmara Municipal de Lisboa*, 1880, 30 de Agosto.

65 *Actas das Sessões da Câmara Municipal de Lisboa*, 1880, 30 de Agosto.

66 *Actas das Sessões da Câmara Municipal de Lisboa*, 1880, 13 de Setembro.

67 Ricardo de Almeida Jorge – *Higiene Social Aplicada à Nação Portuguesa*. Porto, 1885, p.157.

68 *Lisboa e o Cholera*. Propaganda de instrução para portugueses e brasileiros, Biblioteca do Povo e Escolas, nº88, Lisboa, 1884, p.43,44.

69 *Arquivo Municipal do Arco do Cego*, 8/SGO; 5902.

70 *Actas das Sessões da Câmara Municipal de Lisboa*, 1882, 13 de Abril.

71 *Actas das Sessões da Câmara Municipal de Lisboa*, 1863, 14 de Setembro.



(1836-1901) para um portal – de estética egípcia<sup>72</sup> – e casa para a administração<sup>73</sup> e, em 1872, o vereador Joaquim José Alves apresentaria o *Projecto de cancellos para a entrada do cemitério Occidental*, parecendo-lhe de toda a conveniência “fazerem-se os portões em ferro para a entrada do cemitério, não devendo ser simplesmente de madeira, visto ter-se gasto ali tanto dinheiro”, tendo a obra sido adjudicada ao “sr. José Pedro Colares, gerente da Fábrica Perseverança”<sup>74</sup>. A juntar a estes melhoramentos, destaca-se também a construção de uma nova capela, necessidade já sentida pelo arquitecto José da Costa Sequeira. Embora não saibamos quem é o autor do traço da capela, o arquitecto da cidade, Malaquias Ferreira Leal, em ofício de 25 de Janeiro de 1849, dá um parecer acerca da proposta apresentada pelo “cidadão Francisco Rodrigues Batalha” no sentido de oferecer o pórtico da Igreja profanada de St<sup>a</sup> Justa para a construção da capela do cemitério dos Prazeres. Segundo Ferreira Leal, não se podia aproveitar esse pórtico “porque as suas proporções e dimensões são de maior porte das que estão determinadas no risco já feito para a dita capela”<sup>75</sup>.

No entanto, doze anos mais tarde, o engenheiro e arquitecto Pedro José Pézerat (1800-1872) a propósito da “construção do cruzeiro da capela do cemitério dos Prazeres”, refere que a sua construção teria de ser feita “pela escolha do aparelho de cantaria proveniente da demolição da capela mor da Igreja de St<sup>a</sup> Justa”<sup>76</sup>. O lançamento da primeira pedra teria lugar no dia 26 de Junho de 1862<sup>77</sup> e, dois anos depois, a Câmara aceitaria a proposta de José

Moreira Rato para o fornecimento de cantaria tendo, no entanto, em 1864, o Ministério das Obras Públicas concedido à Câmara autorização “para ser empregada na construção da nova capela, a cantaria proveniente da demolição da capela que estava incompleta junto ao convento do Coração de Jesus à Estrela”. Em finais de 1867, estando a obra adiantada, o pintor José Rodrigues apresentaria à vereação o esboço da pintura que tencionava executar o qual foi aprovado, executado e concluído em 1869.

O cemitério sofreria sucessivos reordenamentos do seu espaço, quer ao nível dos alinhamentos dos jazigos, do alargamento de algumas ruas, assim como da abertura de novas ruas, alterando a implantação inicial de alguns jazigos, em virtude da sua remoção para outro local e da sua reconstrução. Em paralelo a essa mobilidade física dos jazigos, existia também uma mobilidade no que diz respeito aos seus proprietários, verificada através de averbamentos de novos nomes e de cedências, que, na maior parte dos casos, assumiam o carácter de autênticas vendas, tornando-se o jazigo num bem comercial, valor que contrastava com a definição, que lhe tinha sido atribuída por António Feliciano de Castilho, de “prédio improdutivo”.

Mas qual a imagem ideal do cemitério e qual é sua imagem real?

António Feliciano de Castilho, no seu artigo *Fundação de um Campo Elysio*, publicado no *Jornal de Belas-Artes* em 1858, sugere que no “principal cemitério de Lisboa, a Câmara escolha, e faça assinalar à roda com gradaria ou verdura (...), uma porção de terreno, reservada para os finados célebres por qualquer espécie de mérito, passados, contemporâneos, ou futuros (...) onde poderiam ainda caber os príncipes e os reis”<sup>78</sup>, e Júlio Oliveira Pimentel (1809-1884) apresentaria a proposta de no cemitério dos Prazeres haver um espaço reservado exclusivamente “aos homens célebres”<sup>79</sup>. Há nestas propostas uma clara intenção de eleger a Câmara como promotora da comemoração civil. Esta relação com a morte e muito particularmente com o seu espaço, isto é, com o cemitério, foi no séc. XIX brilhantemente consciencializada por Oliveira Martins (1845-1894), ao afirmar que “os cemitérios são a sociedade na história, as cidades são a história nos seus monumentos”<sup>80</sup>. Trata-se de uma nova rela-

de justos reparos”, in *Actas das Sessões da Câmara Municipal de Lisboa*, 1862, 20 Janeiro.

78 *Jornal de Belas-Artes*, II série, nº8, 1858, p.14-16.

79 *Annaes do Municipio de Lisboa*, 1858-59, 20 de Setembro de 1858.

80 Oliveira Martins – *As Raças Humanas e a Civilização Primitiva* (1881), citado por Augusto Santos Silva – *Palavras para um país*. Lisboa: Celta, 1997, p.92.

72 Reproduzido num pintoresco arranjo gráfico em conjunto com uma série de mausoléus, numa gravura publicada em *O Ocidente*, v.4, nº103, 1881, p.246.

73 A Câmara aprovou esse projecto e mandou-o remeter ao mestre das obras municipais, in *Actas das Sessões da Câmara Municipal de Lisboa*, 1868, 23 de Julho. A Câmara interessada em realizar rapidamente essa obra deliberaria que os “fundos pecuniários aplicados no capítulo do orçamento sob a denominação de capela dos Prazeres se apliquem promiscuamente nas obras (...) do pórtico de entrada para aquele cemitério”, in *Actas das Sessões da Câmara Municipal de Lisboa*, 1869, 14 de Outubro.

74 *Actas das Sessões da Câmara Municipal de Lisboa*, 1873, 17 de Março.

75 *Arquivo Municipal do Arco do Cego*, SGO, cx126, ofício de 25 de Janeiro de 1849.

76 Pézerat alertando para o facto dessa operação se tornar difícil “pela falta de desenho deste aparelho e sua numeração” e calculando que esse estudo se poderia “encontrar quer em casa da viúva do arquitecto Malaquias, quer no Arquivo da Câmara, quer em casa do Mestre José Caetano, empreiteiro encarregado da demolição”, solicitava, por isso, à Câmara que “procurasse obtê-lo para facilidade da execução da obra”, in *Arquivo Municipal do Arco do Cego*, SGO, cx128, doc.4.

77 “O estado da pequena ermida deste cemitério, de construção tão modesta, contrasta notavelmente com os sumptuosos mausoléus que em volta dela se tem levantado, e era objecto

ção da cidade com os seus heróis, atitude que nasce da romântica relação com a natureza, e das respectivas experiências históricas aí desenvolvidas, ou seja, a passagem do pinturesco ao histórico.

Em 1868, saíria o primeiro número da *Revista dos Monumentos Sepulchraes* com o propósito de consagrar as suas páginas à “memória dos que já não existem entre os vivos, e considerando que os “monumentos sepulchraes levantados em lugar humilde, não devem interessar menos que os monumentos gloriosos erguidos nas praças públicas”<sup>81</sup> e que simultaneamente serviria de arquivo, ou de galeria artística, através da qual era possível dar a “conhecer dentro e fora do país os progressos de arquitectura e escultura em Portugal”<sup>82</sup>. Esta revista, embora publicada em 1868, fazia referência a construções erguidas entre 1839 e 1850, ou seja, construções da primeira metade do séc. XIX, e que se localizavam na zona inicial do cemitério, correspondendo às actuais ruas 29, 25 e 14. Com a anexação de terrenos que foram adicionados à área sul do “antigo” cemitério, o que permitiu a construção de uma nova capela e de uma nova entrada, o cemitério viu ser-lhe marcada uma nova centralidade. Podemos definir essa centralidade seguindo o eixo traçado desde o exterior na Rua Saraiva de Carvalho, continuando pelo Largo dos Prazeres, sendo marcado pelo pórtico da entrada, seguindo pelas ruas 11 e 15, as quais se dilatam formando uma espécie de praça onde foi construída uma capela, nas traseiras da qual esse eixo se prolonga através das ruas 11, 13 e 15 até ao limite ocidental do cemitério. As construções destas três ruas foram erguidas na segunda metade do séc. XIX, tendo passado a ser esse o novo espaço preferencial, palco dos novos anseios da sociedade e conseqüentemente, das novas estéticas.

Através de um levantamento exaustivo de todos os jazigos aí implantados e da leitura dos respectivos processos, verificamos que nem sempre a actual construção corresponde à “original”. No processo do jazigo pode existir um primeiro desenho que não corresponde à actual construção, a qual é repre-

sentada num segundo desenho. O acesso ao primeiro desenho permite-nos conhecer o modelo do jazigo que foi inicialmente construído, e que posteriormente foi substituído por uma outra construção, dele só restando a memória do desenho. Podemos igualmente fazer uma comparação entre o primeiro modelo, a primeira opção, e o segundo modelo. Normalmente uma pequena construção, com valor de escultura (jazigo subterrâneo, jazigo agulha), é substituída por uma construção de maior dimensão, mais próxima de um edifício (jazigo capela), o que significa que a segunda construção, ao ocupar uma maior superfície, implicou uma segunda aquisição de terreno, que seria adicionado à área inicial<sup>83</sup>. Na verdade, com a progressiva ocupação da natureza, isto é, do espaço verde do cemitério por construções em pedra, a área cemiterial sofrerá uma profunda alteração na sua paisagem, passando a definir-se pelo traçado recto das suas ruas e das construções aí implantadas e alinhadas, adquirindo assim um carácter mais urbano. Os jazigos de pequena dimensão continuam a adoptar o modelo clássico que encontramos na área inicial do cemitério<sup>84</sup>, desenvolvendo apenas variantes. O modelo clássico mais repetido em termos numéricos e temporais é o jazigo agulha, composto por plinto de secção quadrada sobre o qual assenta um obelisco de igual secção (directamente, sobre esferas ou sobre pés de leão), tendo numa das faces, esculpidas em baixo relevo, alcaçofras, e no topo uma cruz ou um vaso.

No que diz respeito às construções de maior dimensão, a forma jazigo capela de gosto clássico é a mais adoptada, tanto em substituição de um jazigo já existente como na construção de raiz. Modelo aliás muito próximo do concebido, em 1829, pelo arquitecto Etienne-Hyppolyte Godde (1791-1869) para a sepultura da família Frochot, e que se enquadrava na linha que o mesmo arquitecto tinha adoptado, em 1823, para a capela do cemitério Père-Lachaise. Paralelamente à adopção de um modelo clássico desenvolveu-se também um modelo gótico, de que o jazigo capela nº1424, construído, em 1864, pelo canteiro Germano, é um dos primeiros exemplos. Modelo muito semelhante ao do jazigo concebido por Alexandre-Théodore Brongniart para o banqueiro Greffulhe, erguido em 1815 no cemitério Père-Lachaise e largamente repro-

81 Anunciava-se no 1º nº a intenção de publicar de “quinze em quinze dias uma fotografia, em formato de álbum com vista de um, ou mais, dos túmulos existentes nos cemitérios da cidade de Lisboa, (...) cada túmulo reproduzido/fotografado será acompanhado de uma ficha onde apareciam “os disticos ou inscrições dos respectivos túmulos; os nomes dos proprietários, a época em que foi feito, e por quem ou em que oficina (...) a descrição artística dos que reunirem à qualidade de jazigo sepulchrae a de monumento artístico (...)”, in, *Revista dos Monumentos Sepulchraes*, 1868, vol.I, fol.1º e p.4.

82 Apesar deste ambicioso programa, a revista só veria publicados 8 nºs, nos quais foram apresentadas fotografias de túmulos, todos eles do cemitério dos Prazeres.

83 Essa nova construção ao provocar uma profunda alteração da paisagem cemiterial, levaria a repartição técnica da Câmara a adoptar o “princípio de alternar os jazigos de capela com os de agulha”, in, *Actas das Sessões da Câmara Municipal de Lisboa*, 1889, 1 de Maio.

84 Mencionados nas obras *Os Túmulos Portugueses (...)*, e na *Revista dos Monumentos Sepulchraes*.

duzido<sup>85</sup>. Embora ao longo do séc. XIX tanto o modelo de gosto clássico como o de gosto gótico sejam adoptados para construções funerárias de grandes dimensões, é o modelo gótico que alcança maiores proporções, talvez por ser aquele que visualmente melhor traduz os conceitos prevaletentes sobre a importância das famílias<sup>86</sup>.

A oficina do canteiro António Moreira Rato seria a responsável pela construção, em 1866, do grande jazigo da Família do Marquês de Castelo Melhor, composto por um primeiro corpo de grande dimensão semelhante a um castelo ou fortaleza e no centro do qual assenta um segundo corpo mais pequeno. Este modelo, embora original no cemitério dos Prazeres, tem grandes semelhanças com o jazigo erguido a Gaspar Monge no cemitério Père-Lachaise, da autoria do arquitecto M. Pierre Clochard (1774-?), e muito particularmente com a sepultura de família do Barão Demicoud erguido no cemitério Este de Paris, da autoria do mesmo arquitecto, e cujo projecto é reproduzido em *Monuments funéraires choisis dans les cimetières de Paris et des principales villes de France*, da autoria de Normands Fils e publicado em 1832. O que nos induz a questionar se os canteiros teriam acesso a estes ou outros guias de modelos de arquitectura funerária, e nos coloca novamente perante a hipótese de serem eles quem desenhava os modelos de jazigos apresentados nos prospectos enviados à Câmara. Para isso muito contribuiu o facto de, após um longo período de pesquisa, com o intuito de encontrar alguma fonte que comprovasse a utilização desses guias por parte dos canteiros, termos encontrado no decorrer de uma visita à firma António Moreira Rato e Filhos, Lda, a obra do arquitecto César-Denis Daly (1811-1894), *Architecture Funéraire Contemporaine, Spécimens de Tombeaux (...)*<sup>87</sup>, que até há algum tempo se encon-

85 Contribuição decisiva para o ressurgimento deste gosto foi também a transferência, em 1817, para o cemitério Père-Lachaise, do túmulo de Abélard e Héloïse, que desde 1800 se encontrava no Musée des Monuments Français.

86 Um dos exemplos mais significativos é o jazigo/capela/monumento nº2060/86, da Família Pinto Leite, autêntico catálogo de elementos decorativos.

87 César-Denis Daly – *Architecture Funéraire Contemporaine, Spécimens de Tombeaux, chapelles funéraires, mausolées, sarcophages, stèles, pierres tombales, croix, etc. Choisis principalement dans les cimetières de Paris et exprimant les trois idées radicales de l'architecture funéraire: La Mort – L'Hommage rendu au mort – L'Invocation religieuse a propos du mort*. Paris: Ducher et Cie, Éditeurs, 1871. Junto a esta obra encontrava-se também parte de um guia com imagens de construções funerárias do Cimitero Monumentale di Milano e do Cimitero di Staglieno a Genova, do qual desconhecemos o título, uma vez que já não existe a sua capa, mas nas imagens aparece a referência à Società Italiana di Edizione Artistiche C. Crudo e C. – Torino.

trava na antiga oficina, e dentro da qual encontramos um vegetal que tinha servido para copiar os contornos de um túmulo, construído no cemitério do Norte de Paris, da autoria de Simonnet.

Corroborando essa prática, em 1907 publicava-se, no *Diário Ilustrado*<sup>88</sup>, um artigo anónimo intitulado *Uma obra d'arte*, no qual se dava notícia do quanto tinha ficado “uma obra digna de todos os elogios”, o jazigo capela encomendado pelo rico proprietário açoriano Alfredo Borges da Silva, 1º visconde Borges da Silva, que deveria ser construído no cemitério do Carmo, na Horta. O jazigo tinha sido executado na oficina de canteiro pertencente a Christiano A. Teixeira da Silva, na Travessa da Queimada em Lisboa, “onde ultimamente esteve em exposição”. Mas o mais notável da notícia é o facto de ser referido que o seu desenho “é igual ao da capela que está construída no Père-Lachaise de Paris pertencente à Família Dubois”, e tanto mais surpreendente quanto esse jazigo foi mandado construir pelo escultor Paul Dubois (1829-1905) em 1904, ou seja, havia apenas três anos.

No relatório lido em 2 de Dezembro de 1852, quando da *III Exposição Trienal da Academia Real de Belas Artes*, o pintor Francisco Vasques Martins chama a atenção para o facto de alguns indivíduos irem à “Academia aprender os elementos de desenho e as primeiras e indispensáveis noções das Belas Artes, aplicadas à prática nas diferentes artes mecanicas ou fabris”; de que essa instituição tem ensinado e habilitado inúmeros “estudantes hábeis para serem com proveito empregados na qualidade de canteiros”, tendo-se “emparelhado o estatuário com o canteiro”, o que baralhou “as ideias de arte científica, e de officio mecanico”, arvorando-se qualquer um e constituindo-se a “si próprio em arquitecto, em pintor, em estatuário; porque os telheiros dos canteiros converteram-se em laboratórios de escultura onde, entre os silhares, as molduragens, e os ornamentos, que eles cortam e esculpem com perfeição proverbial, aparecem também estátuas tão frias como a pedra de que são feitas, e as imagens, que fazem gelar a devoção no peito”<sup>89</sup>.

Na Relação dos alunos matriculados no ano lectivo de 1854-55, no Instituto Industrial de Lisboa aparecem referenciados 13 canteiros e nas *Observações sobre o actual estado do ensino das Belas Artes em Portugal (...)*, do

88 *Diário Ilustrado*, 2 de Janeiro de 1907, p.2.

89 Francisco Vasques Martins – *Relatório lido em 2 de Dezembro de 1852*. Lisboa: Typographia José Baptista Morando, 1852. p.12-15.

marquês de Sousa Holstein, é referido que, embora na Academia de Lisboa o “ensino de desenho às classes industriais” seja ministrado em cadeiras “abertas à noite”, tais como “desenho de ornato, de arquitectura, de principios de figura e do antigo”, a verdade é que a frequência dessas cadeiras não constitui um curso organizado, uma vez que “não há exames, nem prémios”, não há aula de modelação, não existem aulas teóricas, “tão necessárias para complementarem o ensino das aulas práticas”. Encontravam-se matriculados no ano lectivo 1873-74, 148 alunos pertencentes às classes fabris, 22 dos quais exerciam a profissão de canteiros. Uma das razões apontadas para o baixo número de operários, que frequentam as aulas nocturnas, é a “distância em que está o edifício da Academia dos bairros habitados pela classe fabril” assim como a “falta de um curso regular em que o ensino seja adaptado às conveniências de cada profissão”. Sousa Holstein terminaria referindo que embora a Academia possuísse uma biblioteca “bastante completa era necessário contratar pessoal e anexá-la aos museus centrais de Lisboa, torná-la não só pública senão ainda de mais fácil acesso, conservando-a aberta mesmo durante algumas horas da noite, para poder ser frequentada pelas classes operárias”<sup>90</sup>.

Ultrapassando o problema das autorias dos projectos para jazigos, duas monumentais construções funerárias são exemplos de grandes encomendas, de trabalhos assinados por arquitectos, de procura da nova centralidade e de persistências revivalistas no séc. XX. Uma delas, o jazigo encomendado por António Augusto Carvalho Monteiro (1848-1920), traçado pelo arquitecto cenógrafo italiano Luigi Manini (1848-1936). Carvalho Monteiro certamente interessado em mostrar o jazigo que tinha encomendado ao arquitecto que traçara o seu palácio de Sintra, em 1908, adquiriu o terreno dos já existentes jazigos nº 1382 e 1442, para aí construir o seu. Essa área situava-se na esquina da rua principal com a “praça pública” do cemitério dos Prazeres, em redor da entrada da capela do cemitério, ou seja, uma zona onde a visibilidade do jazigo estava assegurada. Luigi Manini traçou um monumental jazigo onde as esculturas assumem particular relevo. A composição assemelha-o a um catafalco-monumento mantendo a espectacularidade celebrativa, mas ganhando o carácter de permanência. Manini encena a posse e a celebração através de uma

composição que acumula múltiplas opções formais que persistem no séc. XX. A outra, foi traçada pelo arquitecto Ernesto Korrodi (1870-1944) por encomenda de Maria Amélia de Carvalho Burnay. Em 1910, a condessa de Burnay adquiriu uma superfície de 25m<sup>2</sup>, de modo a garantir a implantação de uma monumental construção. Essa monumentalidade deve-se também ao facto de ocupar um terreno destacado dos demais, exibindo-se no centro da praça que ele próprio formou. Korrodi, na sua memória descritiva, refere que “a composição arquitectónica é, a pedido do proprietário, subordinada às clássicas formas da renascença italiana, embora sem intuídos de purismo arqueológico”.

Estes dois jazigos monumentais são pontos de chegada, que permitem identificar ainda mais a cidade dos mortos com a dos vivos, reproduzindo, na primeira, as atitudes e hierarquias da segunda, através da implantação de monumentais construções familiares como prolongamento da casa, e que levaria Michel Ragon a falar da “terceira residência familiar”<sup>91</sup>. Esse é também o modo de superar o carácter colectivo do espaço cemiterial, marcando não só a ideia de família, como também a individualidade da família, contando para isso com a personalidade do arquitecto, que contribuirá decisivamente para que esse espaço, ganhe uma teatralidade representativa do discurso social, tornando-se o cemitério numa cidade dentro da cidade.

90 Marquês de Sousa Holstein – *Observações sobre o actual estado do ensino das Belas Artes em Portugal – A organização dos Museus e o Serviço dos Monumentos Históricos e da Archeologia*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1875, p.10.

91 Michel Ragon – *L'Espace de la mort, Essai sur l'architecture, la décoration et l'urbanisme funéraires*. Paris: Albin Michel, 1981, p.48.